

CLÁUDIO PRIMO DELANOY

**UMA DEFINIÇÃO DE LEITURA
PELA TEORIA DOS BLOCOS SEMÂNTICOS**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Dr. Leci Borges Barbisan

Porto Alegre
2008

AGRADECIMENTOS

À minha família, especialmente à minha mãe e ao meu irmão, pelo apoio de todos os tipos que recebi ao longo do mestrado;

À professora orientadora Leci Barbisan, pelo exemplo de profissionalismo, competência, dedicação e amizade;

Aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Letras da PUCRS;

Aos meus amigos e colegas;

Ao CNPq, pela bolsa de estudos;

E a Deus, razão de eu estar vivo, pelas oportunidades de progresso que me oferece;

Sinceramente, muito obrigado.

Chega mais perto e contempla as palavras
Cada uma
tem mil faces secretas sob a face neutra
e te pergunta, sem interesse pela resposta,
pobre ou terrível, que lhe deres:
Troxeste a chave?

Carlos Drummond de Andrade

RESUMO

A proposta deste trabalho é conceituar *leitura* pela Teoria dos Blocos Semânticos, fase atual da Teoria da Argumentação na Língua desenvolvida por Oswald Ducrot e colaboradores. O motivo reside na necessidade de se estudar o papel do lingüístico na construção do sentido, enfoque pouco estudado por outras linhas da lingüística que tratam da leitura. A Teoria da Argumentação na Língua se distingue de outras teorias semânticas porque considera que o sentido está na língua, e que esse sentido é argumentativo. A Teoria dos Blocos Semânticos (TBS) permite explicitar a argumentação do enunciado por meio da construção de blocos semânticos, que traduzem o sentido do discurso. Os discursos a serem considerados para as análises são fábulas, pois permitem comparações entre si no que se refere a estruturas discursivas e ao sentido. A aplicação do conceito de leitura pela TBS irá mostrar o paralelismo e a distinção entre os discursos por meio das análises de suas argumentações.

Palavras-chave: Leitura. Teoria da Argumentação na Língua. Teoria dos Blocos Semânticos. Argumentação. Fábulas.

ABSTRACT

The aim of this work is to define a concept of reading according to the Theory of the Semantic Blocks, current phase of the Theory of Argumentation within Language developed for Oswald Ducrot and collaborators. The reason of it is due to the necessity of studying the linguistic in the construction of the meaning. The Theory of Argumentation within Language distinguishes from other semantic theories because it considers that the meaning is in the language, and that this meaning is argumentative. The Theory of the Semantic Blocks (TSB) allows explaining the argumentation of the sentence by semantic blocks. Fables are the discourses considered for analyses. The fables can be compared in terms of discourse structure and meaning. The application of the concept of reading according to TSB will check the parallelism and the distinction of the discourses by the analyses of its argumentation.

Key-words: Reading. Theory of Argumentation within Language. Theory of the Semantic Blocks. Argumentation. Fables.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	10
2.1	DIFERENTES CONCEPÇÕES DE LEITURA	10
2.2	TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO NA LÍNGUA	15
2.2.1	Fundamentos da Teoria da Argumentação na Língua: estruturalismo e enunciação	15
2.2.2	Teoria da Argumentação na Língua: conceitos	19
2.3	TEORIA DOS BLOCOS SEMÂNTICOS	30
2.3.1	Classificação semântica das palavras	32
2.3.2	Quadrado argumentativo	34
2.3.3	Predicação centrada e conectiva	37
2.3.4	Polifonia pela Teoria dos Blocos Semânticos	39
2.4	CONCEITO DE LEITURA FUNDAMENTADO PELA TEORIA DOS BLOCOS SEMÂNTICOS	48
2.5	FÁBULA	53
3	METODOLOGIA E ANÁLISE	56
3.1	METODOLOGIA	56
3.2	ANÁLISE DAS FÁBULAS	57
3.2.1	<i>O gato e o galo e O lobo e o cordeiro</i>	57
3.2.2	<i>A cigarra e a formiga e Emília, Emília, Emília</i>	66
3.3	DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	73
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
	REFERÊNCIAS	83
	ANEXO A – O gato e o galo	84
	ANEXO B – O lobo e o cordeiro	87
	ANEXO C – A cigarra e a formiga	88

ANEXO D – Emília, Emília, Emília	89
CURRICULUM VITAE (Plataforma LATTES CNPq)	91

1 INTRODUÇÃO

Com esta dissertação propõe-se conceituar *leitura* pela Teoria dos Blocos Semânticos, fase atual da Teoria da Argumentação na Língua desenvolvida por Oswald Ducrot e colaboradores. Além disso, pretende-se explicar como o sentido é construído a partir do discurso.

O motivo para o trabalho reside na necessidade de se estudar o papel do lingüístico na construção do sentido. Há outras linhas de investigação lingüística, tais como a análise do discurso de linha francesa, a psicolingüística e a pragmática, que se ocupam da leitura, mas focalizam o estudo em elementos externos ao discurso. Pouco do sentido é vinculado ao lingüístico.

A Teoria da Argumentação na Língua (TAL) se distingue de outras teorias semânticas porque considera que o sentido está na língua, e que esse sentido é argumentativo. Argumentar, para Ducrot, é expor um ponto de vista sobre um tema. Assim, quando um locutor produz um discurso a um interlocutor, ele está argumentando. A escolha da Teoria dos Blocos Semânticos (TBS) justifica-se pela possibilidade de ela explicitar a argumentação encontrada no enunciado por meio da construção de blocos semânticos, que traduzem o sentido do discurso.

Como metodologia de trabalho, primeiramente será feita uma pesquisa nos conceitos da TAL/TBS, a partir dos quais será formulada uma definição de leitura. Após, o conceito será aplicado na descrição semântica de discursos para que tenha a sua validade confirmada.

Os discursos a serem considerados para a análise semântica sob o foco da TBS são fábulas. A razão da escolha do gênero é que esses discursos permitem comparações entre si, tanto estruturalmente como no que se refere às lições de moral, ou seja, ao sentido. Para este trabalho foram selecionadas fábulas aparentemente semelhantes no que concerne ao sentido e à estrutura discursiva. A aplicação do conceito de leitura pela TBS irá evidenciar ou não o paralelismo entre os discursos por meio das análises de suas argumentações.

A dissertação está estruturada da seguinte maneira: a seção 2 contém a fundamentação teórica que vai embasar todo o trabalho. Inicialmente são apresentadas algumas concepções de leitura provenientes de outras linhas de pesquisa. Com isso pretende-se explicar o objeto de estudo de cada uma de acordo com o seu modo de conceber a linguagem, para, assim, distingui-las da perspectiva da TAL/TBS. Também são comentados

alguns trabalhos relacionados às perspectivas teóricas mencionadas. Após, são apresentados e explicados os conceitos da TAL, bem como a sua vinculação ao estruturalismo saussureano e à enunciação. Na continuação, aborda-se a TBS e suas contribuições para o avanço da TAL. De posse desses conceitos teóricos, apresenta-se, então, a definição de leitura. A seção que encerra essa parte é destinada às fábulas, já que foi esse o gênero selecionado como *corpus*. A seção 3 envolve o detalhamento da metodologia de análise e as análises em si, seguidas da discussão dos resultados obtidos. Posteriormente vêm as considerações finais e anexos.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 DIFERENTES CONCEPÇÕES DE LEITURA

Como a proposta deste trabalho é definir leitura pela TBS, é adequado considerar que há outras abordagens sobre o tema, fundamentadas em distintas perspectivas teóricas. Daí resulta uma variedade de acepções para o termo *leitura*, cada uma compatível com determinado olhar. Primeiramente, serão consideradas três áreas da lingüística que se ocupam da leitura: a Análise do Discurso (representada por Eni Orlandi), a Psicolingüística (Angela Kleiman e Vilson Leffa) e a Pragmática (especificamente a Teoria da Relevância, por Jane R.C. da Silveira). Depois, serão apresentados alguns trabalhos realizados a partir desses olhares teóricos com o intento de evidenciar seus campos de estudo, além de um trabalho de Marion Carel embasado na TBS. A seguir, será feita uma discussão a respeito do diferencial entre as teorias expostas e a TBS, fundamento para este trabalho, referentemente à construção do sentido. Passa-se, então, à primeira parte.

Segundo Eni Orlandi (1988), a leitura pode ser encarada de diversos modos: como atribuição de sentidos; como concepção de mundo ao revelar uma ideologia; como um aparato teórico e metodológico; e como uma aproximação à alfabetização. No entanto, a autora considera a leitura como atividade de interpretação e compreensão, defendendo que o sujeito e o(s) sentido(s) são determinados histórica e ideologicamente. Para Orlandi, o leitor não interage com o texto, mas sim com um leitor virtual, concebido pelo autor no momento da produção discursiva. O texto seria um meio de pôr os homens em relação. Nota-se que a concepção de leitura passa por uma idéia de relação entre sujeitos, e não entre um sujeito e um objeto. Dessa maneira, a autora descarta a figura de um autor onipotente, controlador da significação do texto; rejeita a idéia de um texto transparente, que contenha somente uma significação; e também recusa a figura de um leitor onisciente, que compreenderia todos os sentidos do texto. Também aborda a incompletude textual, traduzida sob os conceitos de implícitos e de intertextualidade, concluindo que “saber ler é saber o que o texto diz e o que ele não diz, mas o constitui significamente” (ORLANDI, 1988, p.11).

Angela Kleiman (1993) define leitura como uma prática que reflete as crenças e os valores do grupo social em que o ser humano foi criado. Explica a leitura como um processamento cognitivo baseado em modelos sobre como as informações são processadas:

desde o material lingüístico (percepção das letras) até o uso do conhecimento armazenado na memória. Também traz o conceito de memória de trabalho, que seria a capacidade do leitor de armazenar os dados e agrupá-los em unidades significativas com base no conhecimento da língua. Verifica-se que Kleiman está voltada para o estudo da leitura no que se refere ao processamento cognitivo de informações.

Vilson Leffa (1996) parte de três definições de leitura (uma geral e duas restritas) para propor uma nova (à qual se refere como conciliatória). De um modo amplo, a leitura é considerada um processo de representação. Não proporciona acesso direto à realidade, mas se utiliza de elementos da realidade para reconhecer o mundo. Outra concepção é de que ler é extrair significado do texto. Daí decorrem implicações como a existência de um significado único, exato, pertencendo exclusivamente ao texto, com ênfase no produto final da compreensão. Um terceiro modo diz que ler é atribuir significado ao texto. Desse ponto de vista a origem do significado está no leitor, que preenche as lacunas do texto com seu conhecimento de mundo. Finalmente, Leffa propõe que ler é interagir com o texto. Sustenta que para se compreender o ato da leitura devem ser considerados os papéis do leitor e do texto, bem como o processo de interação entre eles. O conhecimento prévio é fundamental para a interação leitor/texto, envolvendo conhecimentos de ortografia, lexicais, sintáticos e semânticos. O pesquisador assume que se faz necessária uma representação do mundo no interior do indivíduo, pois só assim o leitor será capaz de compreender o texto. Quando conhecimento prévio e informações da realidade interagem, dá-se a aprendizagem.

Jane Rita Caetano da Silveira (2005) aborda a leitura sob o enfoque da Teoria da Relevância (TR), de Sperber e Wilson (1995), no artigo *Leitura: informação e comunicação*. Afirma que o raciocínio é fundamental na compreensão de textos, falados ou escritos, não sendo possível restringi-lo ao código lingüístico. Para exemplificar, segue o diálogo: *A – Aceita um uísque? B – Sou mórmon*. Para que A compreenda a resposta, são construídas suposições ou implicaturas por meio de processamentos mentais a partir de informações armazenadas em sua memória enciclopédica. Tais informações implícitas são denominadas *contextuais*, e são imprescindíveis para a compreensão exata da fala de B. Silveira chama atenção para a ineficiência de modelos fundamentados no código devido o sentido em contextos específicos requerer habilidades cognitivo-interpretativas não previstas nessas teorias. Como alternativa, apresenta a TR como uma abordagem teórica que considera os cálculos inferenciais não-demonstrativos (não podem ser provados, mas apenas confirmados) e não-triviais como essenciais para a compreensão de textos. A TR baseia-se num modelo de comunicação ostensivo-inferencial, de natureza pragmático-cognitiva. Ao comunicador

caberia a produção de estímulos ostensivos, e ao receptor os cálculos inferenciais. O objetivo da TR é explicar como as informações são processadas na mente. A TR parte de um princípio cognitivo inato ao ser humano: os indivíduos somente prestam atenção ao que lhes parece relevante. Para a teoria, *relevância* significa uma relação de equilíbrio entre o custo do processamento mental e os benefícios cognitivos alcançados. Na leitura, o enunciado constituiria um estímulo ostensivo para o leitor que, ao combinar informações novas com as já existentes, geraria implicações contextuais a partir da relação entre esforço mental e efeito cognitivo obtido. Desse raciocínio dedutivo e não-demonstrativo é que se construiria o sentido do texto.

Terminada a primeira parte, passa-se a pesquisas que tiveram origem nessas abordagens e um trabalho realizado sob o olhar da TBS.

A leitura é um tema freqüente em dissertações de mestrado e teses de doutorado, visto sob os mais variados pontos de vista. Assim, devido à amplitude do tópico, optou-se por uma busca de trabalhos que obedecessem a um critério definido, pois seria impraticável um levantamento em grande abrangência. O critério utilizado foi o de selecionar trabalhos que envolvessem leitura, compreensão e argumentação em língua portuguesa. Ressalta-se que aqui seguem apenas alguns exemplos.

Marilei Grantham (1999) escreveu o artigo intitulado *A moral e a ordem do repetível*, no qual investigou cinco formas de apresentação da moral pertencente à fábula *O Lobo e o Cordeiro*, sob a perspectiva da Análise do Discurso. A autora vê a fábula como um discurso social a serviço do poder, em que os personagens representariam as classes dominantes e as dominadas. Ao analisar os cinco autores, denominados por ela de domínios discursivos, agrupou Esopo, Fedro, La Fontaine e Monteiro Lobato no conjunto que repetia as morais, sem acréscimo de sentido. No entanto, considerou Millôr como o domínio discursivo que trouxe um diferencial: a presença da ironia, da contestação. Assim, conclui que a repetição do discurso fabular mantém as relações de poder vigentes na sociedade, ao mesmo tempo que dá oportunidade de ser contestada. Segundo a pesquisadora, “O mesmo e o diferente, portanto, estão sempre juntos. E é pela repetição que surge o diferente” (Grantham, 1999, p. 228).

Jussara Pedroso Lisboa (2003) utilizou-se dos conceitos da psicolinguística e das sequencialidades textuais de Jean-Michel Adam na dissertação *Conhecimento da superestrutura argumentativa e compreensão leitora de universitários*. Seu objetivo era determinar se o conhecimento das superestruturas argumentativas (tese anterior, premissas, argumentos, conclusão e nova tese) influenciava na compreensão textual. A autora propõe que

a compreensão ocorre na mente do leitor por meio da interação entre as informações textuais e seu conhecimento enciclopédico, havendo influências como limitações do cérebro e restrições aos esquemas do escritor, à sintaxe, ao léxico, ao contexto social e situacional, dentre outros. A conclusão é de que há uma correlação significativa entre os escores de conhecimento da superestrutura argumentativa e os escores de compreensão leitora na avaliação de testes aplicados em universitários do primeiro semestre de uma instituição privada.

Luciana Motta Amorin (2004) estudou a contribuição do conhecimento prévio para a predição de vocábulos no Teste *cloze*. Com a dissertação de mestrado *Predição leitora de vocábulos em associação por contigüidade e conhecimento prévio* concluiu que há correlação significativa entre os escores de êxito de predição e os escores de conhecimento prévio. Para esse trabalho, a pesquisadora fundamentou-se na psicolinguística. Defende que o significado não está no texto, mas na mente do escritor e é reconstruído na do leitor. Portanto, o texto, que serve de intermediário entre escritor e autor, não possui significado. A autora sustenta que o leitor tem um papel ativo no processo da leitura. Ele seleciona os aspectos mais importantes do texto concernentes ao objetivo da leitura e aciona seu conhecimento prévio para chegar à compreensão.

Sandra Cristina Porsche (2004), em sua dissertação de mestrado *O grau de correlação entre conhecimento prévio e a compreensão do texto de opinião*, investigou a importância do conhecimento de mundo e de conhecimentos linguísticos para a compreensão de textos opinativos. Adotando como fundamentação teórica a psicolinguística, aplicou testes em alunos de graduação de três turmas de cursos distintos de Ciências Humanas da Universidade de Caxias do Sul. Concluiu que o conhecimento linguístico é fundamental para a compreensão do texto opinativo, enquanto que o conhecimento prévio pode não ser acessado devido a limitações de ordem linguística do leitor.

Lisiane Félix Veloso (2003) desenvolveu a dissertação *A leitura e a compreensão de textos pela Pragmática da Relevância*. Seu propósito era verificar a contribuição da Teoria da Relevância, desenvolvida por Sperber e Wilson (1995), para a compreensão de textos argumentativos. Essa teoria propõe um modelo ostensivo-inferencial centrado na compreensão de enunciados. Descreve e explica como o falante/autor atrai a atenção do ouvinte/leitor por meio de estímulos ostensivos, e como o ouvinte/leitor processa tal estímulo na tarefa inferencial de compreensão. Após sua pesquisa em grupos de alunos do primeiro ano de Pedagogia, concluiu que a ostensão era constituída pelos argumentos do autor utilizados com a intenção de convencer o leitor. A esse último caberia o processamento das informações por meio da construção de suposições e implicações contextuais operadas na mente.

Um trabalho que se destaca dos apresentados acima é o artigo *Análise argumentativa de uma fábula de La Fontaine*, de Marion Carel (2005). Nele, a lingüista faz um estudo argumentativo da moral da fábula *O Leão e o Rato*. A autora considera por argumentação tanto os discursos normativos (realizados com *portanto*, *porque* ou *se*) como os transgressivos (realizados com *no entanto*, *até mesmo* ou *se bem que*). Propõe-se a mostrar que a moral *É preciso tanto quanto possível, prestar serviços a todo mundo: / Frequentemente se tem necessidade de um menor do que a gente*, no início da fábula, contém ao menos três argumentações: *Até mesmo se alguém é menor, tem-se interesse em ser amável com ele; Até mesmo se alguém é menor, pode-se ter necessidade dele; Se não se recebe ajuda de um menor, pode-se estar em má situação*. No desenvolvimento do artigo, Carel explica como chegou às argumentações precedentes a partir da análise lingüística da moral, utilizando-se, para isso, de conceitos da Teoria da Argumentação na Língua. Também discorre brevemente sobre a distinção entre lições de moral que antecedem as fábulas e os provérbios. De um modo geral, Carel conclui que as fábulas e seus ensinamentos contêm as mesmas argumentações, isto é, a fábula manifesta as argumentações da moral. Portanto, o corpo da fábula auxilia na interpretação da moral. Diferentemente do que acontece com os provérbios, cuja interpretação não depende do co-texto, mas está associada a uma sabedoria antiga, histórica. Segundo a pesquisadora, quando os provérbios antecedem os discursos que os acompanham, configuram o quadro interpretativo do co-texto. O referido trabalho de Carel parte das argumentações evocadas pela moral e as explica lingüisticamente. A explicação do sentido a partir do discurso é o que diferencia esse trabalho dos demais aqui apresentados. No entanto, não se ocupa em analisar argumentativamente a fábula como um todo, tal como será realizado nesta dissertação.

A partir desses modos de estudar a leitura e a construção do sentido, pode-se depreender que o interesse, até então, esteve centrado nos processos mentais envolvidos na prática, no conhecimento de mundo do indivíduo e no seu momento sócio-histórico, ou seja, em elementos externos à linguagem (exceção feita a Carel, 2005). Não há dúvidas de que esses fatores interferem na leitura, mas o papel do discurso em si, nesse processo, não foi devidamente explorado. O intento desta dissertação é justamente tratar o discurso como portador de sentido, e daí propor uma definição de leitura. A semântica argumentativa de Oswald Ducrot oferece o aparato teórico necessário para se alcançar esse objetivo, pois tem como princípio o sentido estar na própria língua, e não no mundo exterior (ver seção 2.2.2). Portanto, faz-se necessário compreender o que é a TBS, fase atual da TAL, e o modo como

ela vê o discurso. As seções seguintes, então, vão esclarecer a fundamentação teórica deste trabalho.

2.2 TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO NA LÍNGUA

2.2.1 Fundamentos da Teoria da Argumentação na Língua: estruturalismo e enunciação

A TAL tem suas raízes nos princípios estruturalistas. Logo, para um entendimento mais completo da Teoria, faz-se necessário traçar um panorama sobre os fundamentos concebidos por Saussure, como a definição de signo lingüístico, a noção de relação e os conceitos de língua/fala.

Saussure toma o signo lingüístico como unidade de descrição. Cada signo é composto de duas “faces” inseparáveis uma da outra: o *significante* – impressão psíquica do som ou imagem acústica; e o *significado* – que o lingüista define como sendo um conceito. Significante e significado são ambas entidades psíquicas, abstratas, pertencentes ao sistema da língua. O signo, para Saussure, é definido pela oposição que faz em relação a outro, isto é, o valor de um signo se dá por meio de relações entre eles. Desse modo, Saussure defende que a noção de relação é de grande importância para a descrição semântica. Escreve Ducrot:

Em termos gerais, pode afirmar-se que a TAL é uma aplicação do estruturalismo saussureano à semântica lingüística na medida em que, para Saussure, o significado de uma expressão reside nas relações dessa expressão com outras expressões da língua. (CAREL; DUCROT, 2005, p.11).

Para a TAL, as palavras não têm sentido completo quando separadas. Somente ao entrarem em relação, isto é, no discurso, é que são passíveis de produzir sentido. Assim, a expressão *hoje está frio* somente tem sentido quando articulada a uma conclusão, como *vamos ficar em casa*. É um frio convidativo à permanência no lar. Por outro lado, se *hoje está frio* for articulado à conclusão *vamos tomar sol*, seu sentido já mudou – é um frio que estimula à exposição solar. Então, nesse exemplo há dois sentidos diferentes para a mesma expressão, dependendo da continuação discursiva que se dá a ela. É também pela noção de relação e pela

sua importância na construção do sentido que se confirma o vínculo de Ducrot com o estruturalismo.

Outras formulações propostas por Saussure tiveram influência na concepção da TAL, como os conceitos de *língua* e *fala*. À *língua* corresponderia o sistema lingüístico, abstrato, de caráter homogêneo e coletivo (segundo o lingüista), por isso prestava-se à descrição. A *fala* seria a realização da língua. Em oposição às características do sistema, seria heterogênea por sofrer intervenções de ordens psicológicas, sociais e culturais, dentre outros fatores. Ao mesmo tempo, a fala seria individual por se constituir num ato de vontade do indivíduo. Ao decidir pela língua como seu objeto de estudo, Saussure não menosprezou a fala. Ao contrário, afirmou haver uma lingüística da língua e outra da fala, mas seu foco estaria na descrição do sistema por apresentar as características já mencionadas. Para Ducrot, a correspondência, na linguagem, entre um elemento abstrato e outro concreto foi útil para a definição de *frase* e *enunciado*.

Ducrot afirma ser necessário identificar dois elementos distintos na produção de uma seqüência de palavras. Um deles é o material lingüístico empregado, pertencente ao sistema da língua e, portanto, de caráter abstrato. Outro são as diversas realizações desse material, que dizem respeito a uma pessoa (no sentido gramatical), num determinado espaço e tempo. A partir dessa distinção, Ducrot define uma terminologia que irá usar no desenvolvimento de sua teoria lingüística, conceituando *frase*, *texto*, *enunciado* e *discurso*.

Frase é o material lingüístico usado pelo locutor, é um construto teórico, enquanto que *texto* designa um conjunto de frases, ambos abstratos. *Enunciado* é a realização da frase, objeto construído, ou seja, o que foi efetivamente pronunciado ou escrito; e *discurso* é um conjunto de enunciados ligados entre si, o que resulta ser a concretização de um *texto*. Assim, esquematizam-se as correspondências entre língua/fala de Saussure e frase/enunciado de Ducrot:

	<i>Entidade abstrata</i>	<i>Entidade concreta</i>
<i>Saussure</i>	Língua	fala
<i>Ducrot</i>	Frase	enunciado

Ducrot distingue os valores semânticos da frase e do enunciado. As frases são dotadas de *significação* e os enunciados têm *sentido*. O lingüista separa *significação* de *sentido* por considerar que esse último só é produzido no uso, não havendo a idéia de sentido

constante ou literal (ver seção 2.2.2). A *significação*, por outro lado, é constituída de instruções abertas, isto é, não pré-concebidas, que vão produzir sentido no uso da língua. Por exemplo, a conjunção *mas* (chamada de *articulador*, por Ducrot) teria uma instrução como “busque no enunciado um argumento que deve ser contrário a outro, e tire uma conclusão a partir do segundo”. Esse exemplo se concretiza em *ele é um bom aluno, mas faltou muito*, formalizado por *A, mas B*. De *A* conclui-se, por exemplo, a aprovação do aluno. Por outro lado, de *B* tem-se a reprovação. Como a instrução de *mas* orienta para a conclusão a partir de *B*, de *ele é um bom aluno, mas faltou muito* entende-se a sua reprovação. Com isso, vê-se que, para se chegar ao sentido, precisa-se da significação (das instruções), e vice-versa. Sentido e significação são interdependentes.

O fato de as frases serem dotadas de instruções que vão direcionar a construção do sentido a partir do enunciado faz com que Ducrot modifique os conceitos saussureanos de língua e fala. Para o lingüista, língua e fala são inseparáveis. O sistema, correspondente à frase para a TAL, necessita do uso para que o sentido seja completado. Logo, é no uso da língua que os falantes encontram o sentido do enunciado.

De acordo com Saussure, os elementos lingüísticos estabelecem entre si relações que se dão em dois níveis distintos: o sintagmático e o paradigmático. As relações sintagmáticas, ou de combinação, são aquelas estabelecidas entre os signos lingüísticos, que se organizam numa determinada ordem no sintagma. As paradigmáticas, ou associativas, referem-se àquelas baseadas na seleção de elementos passíveis de figurar num mesmo ambiente do enunciado. Como exemplo, em *João comprou um livro*, os componentes *João*, *comprou*, *um* e *livro* estão organizados sintagmaticamente segundo uma ordem estabelecida pelo sistema da língua portuguesa. Já o item *livro* poderia ser substituído por outros suscetíveis de ocupar aquele lugar no enunciado, como *carro*, *relógio*, *fogão*, *apartamento*, etc., configurando assim uma relação paradigmática entre os elementos.

Para Ducrot, a aplicação das relações sintagmáticas está na noção de encadeamento argumentativo. Na forma *standard* (1983) um encadeamento argumentativo era uma relação entre dois signos lingüísticos, um argumento e uma conclusão, conectados por *portanto*. No segundo momento da Teoria, o argumento relacionava-se com a conclusão por meio de um terceiro elemento, o *topos*, formando o sentido. O *topos* funcionava como uma passagem entre o argumento e a conclusão. Já na terceira fase da TAL, a TBS, a relação não se dá entre argumento e conclusão, mas entre dois segmentos articulados por um conector, sem a presença de um elemento exterior (o *topos* é suprimido).

As relações paradigmáticas, no âmbito da TAL, podem ser exemplificadas por meio de encadeamentos possíveis de serem construídos a partir da orientação argumentativa do léxico. Desse modo, o prosseguimento de *João é inteligente, portanto...* seria concluído de forma positiva, como *vai conseguir o emprego, vai solucionar o problema* ou *vai ser aprovado*. Essa positividade deve-se à orientação argumentativa presente no interior de *inteligente*, que conduz a continuação do enunciado a uma conclusão dessa qualidade. Assim, as diversas seqüências admissíveis a *João é inteligente, portanto...* formam um paradigma, a partir do qual apenas uma será selecionada. Feitas as considerações sobre a fundamentação da TAL no estruturalismo saussureano, passa-se a outro conceito igualmente importante para a Teoria: a enunciação.

Definida a terminologia inicial de *frase, texto, enunciado e discurso*, o lingüista passou a estudar as características das entidades abstratas e das concretas. Concluiu que os valores semânticos de umas e outras não são os mesmos devido a um atributo pertencente às entidades concretas: a capacidade de fazer referência ao mundo (DUCROT, 1984). Ao se dizer *Tu vais gostar deste livro* somente se atribui a referência a *tu* no momento em que um locutor se dirige a um interlocutor no mundo, um ser definido. Antes disso, o *tu* continha unicamente uma instrução: *busque a referência no interlocutor*. Algo semelhante sucede com o demonstrativo *este* que, combinado com *livro*, designa um objeto específico que vai agradar àquela pessoa. Fica, então, explicado que a referência é dada a partir do enunciado, e não pela frase, justamente porque é pelo enunciado que se chega ao sentido. Como mencionado anteriormente, à frase cabe um conjunto de instruções não definidas que, numa situação de enunciação, vão construir o sentido do enunciado.

Portanto, a TAL é considerada uma teoria enunciativa. Prevê um *locutor* produzindo um enunciado (ou discurso) a um *interlocutor*. O *locutor* é o ser responsável pelo enunciado e no qual se marca ao produzir *eu, aqui e agora*. O *interlocutor* é o destinatário do enunciado. Locutor e interlocutor são seres discursivos, abstratos, e não devem ser confundidos com seres reais. Essa distinção é defendida por Ducrot porque seu foco é a argumentação produzida no sistema lingüístico e pelo próprio sistema, enquanto o indivíduo real pertenceria ao mundo extralingüístico, do qual o lingüista não se ocupa.

Ducrot denomina *enunciação* ao surgimento do enunciado. Esse conceito não deve ser confundido com a enunciação para Benveniste. Há uma distinção de objeto de estudo: Benveniste se ocupou do processo de construção do enunciado, do ato em si. Ducrot, por outro lado, tem como objeto o enunciado, o produto da enunciação, e assim precisava de um aparato teórico que desse conta da sua investigação (o enunciado, para Ducrot, não é

equivalente ao da gramática normativa, mas é, de fato, o que resulta do processo enunciativo). Uma de suas preocupações era a de afastar a figura do sujeito real para descrever a língua semanticamente, algo necessário para se manter fiel à idéia de autonomia da língua para a construção do sentido. No entanto:

O que precede [o fato de desconsiderar o sujeito empírico do enunciado] não implica de modo algum, de minha parte, a idéia bizarra (...) que um enunciado possa aparecer por geração espontânea, sem ter na sua origem um sujeito falante que procura comunicar alguma coisa a alguém, este algo sendo precisamente o que denomino o *sentido*. Mas acontece que tenho necessidade, para construir uma teoria do sentido, de uma teoria do que é comunicado, de um conceito de enunciação que não encerre em si, desde o início, a noção de sujeito falante. (DUCROT, 1987, p. 169).

Para o lingüista, o enunciado descreve a enunciação, chegando a afirmar que o sentido do enunciado é a descrição da sua enunciação (DUCROT, 1987, p. 172). Essa descrição envolve o locutor, o interlocutor, o enunciado e os enunciadores (E). Esses últimos não têm palavras, mas suas “vozes” estão implícitas no enunciado. Essa é a base para a *Teoria Polifônica da Enunciação*, desenvolvida por Ducrot em 1988. Aos enunciadores cabe a origem dos pontos de vista frente aos quais o locutor vai tomar atitudes (ver seção 2.2.2).

Pelo que foi visto, compreende-se a preocupação de Ducrot ao embasar a TAL numa fundamentação teórica sólida que lhe desse respaldo suficiente para estudar o sentido conforme a sua perspectiva: construído na língua. A base estruturalista saussureana, mesmo modificada em alguns aspectos, contribuiu para a investigação da língua referentemente às suas relações internas, sem alusão referencial ao mundo extralingüístico para a produção do sentido. Ao estudar o sentido produzido na língua, Ducrot não poderia desconsiderar o uso da linguagem. O conceito de enunciação, mesmo sem a presença do autor real do enunciado, envolve seres discursivos – locutor e interlocutor – indispensáveis para a constituição do processo enunciativo.

2.2.2 Teoria da Argumentação na Língua: conceitos

Essa seção vai abordar os conceitos básicos da Teoria da Argumentação na Língua e as suas duas primeiras etapas de desenvolvimento: a forma *standard* (1983) e a forma “recente” (1988), que envolve a noção dos *topoi* e a Teoria Polifônica da Enunciação. Como

este trabalho terá por base o terceiro momento da TAL, a Teoria dos Blocos Semânticos (TBS - 1992), ela será abordada em seção própria. Apesar de a TAL passar por reajustes metodológicos ao longo de seu percurso, os fundamentos teóricos presentes desde a sua concepção, a base estruturalista saussureana e a noção de enunciação permanecem inalteráveis. Isso quer dizer que as fases de desenvolvimento da TAL resultaram de pesquisas que aperfeiçoaram a Teoria quanto aos seus próprios conceitos fundamentais.

A Teoria da Argumentação na Língua, elaborada por Oswald Ducrot com a colaboração de Jean-Claude Anscombe e posteriormente de Marion Carel, assume que a argumentação está inscrita no próprio sistema lingüístico. Essa afirmação mostra-se contrária à concepção representativa da linguagem em que um argumento A levaria a uma conclusão C a partir de um fato F passível de ser considerado verdadeiro ou falso, ou seja, como uma referência ao mundo extralingüístico. De acordo com esse pensamento (DUCROT, 1989), o movimento argumentativo seria independente da língua, explicado por princípios externos à linguagem, como princípios lógicos, psicológicos, retóricos, sociológicos e pela situação de discurso.

Ducrot recusa esse esquema ao afirmar que um mesmo fato F pode ser enunciado distintamente de acordo com a situação discursiva, e que cada uma dessas formas leva a argumentações diferentes. Citam-se, por exemplo:

(1) *João exercitou-se pouco;*

(2) *João exercitou-se um pouco.*

Ao enunciar-se (1) ou (2), tem-se o mesmo fato F: João praticou exercícios durante certo tempo. Portanto, se (1) é verdadeiro (2) também o é, e vice-versa. Contudo, (1) e (2) diferenciam-se pelas suas orientações argumentativas, que deverão indicar conclusões distintas. Dentre várias possibilidades de continuação do discurso, de (1) conclui-se *portanto não vai melhorar*, e de (2) *portanto vai melhorar* (no sentido de que o exercício físico faz bem à saúde). Com isso Ducrot defende que a argumentação está na língua, e não simplesmente no conteúdo factual.

Em *Argumentatividade e informatividade* o lingüista reafirma seu compromisso estruturalista de “não descrever a língua como um meio de dar informações sobre o mundo, mas como um meio de construir discursos” (DUCROT, 1994, p.193). Fica evidente o posicionamento de Ducrot contrário às teorias que vêem a língua como uma representação do mundo. No entanto, não nega a capacidade de a língua descrever o extralingüístico, mas

afirma que essa não é sua função primeira. A função da língua é argumentar. O locutor toma o mundo como um tema e então se posiciona frente a ele, isto é, expõe um ponto de vista sobre aquele tema. Isso é argumentar, pela TAL.

Desse modo, a concepção de língua pela Teoria está vinculada às noções estruturalistas, embora não de modo absoluto. A diferença reside no fato de Ducrot não tomar o sistema (*língua*) como objeto de estudo, como fez Saussure, mas o *enunciado*, a realização da frase a partir das instruções a ela vinculada. Ao defender que o acesso à significação da frase se dá unicamente por meio do enunciado, e que esse só é construído a partir da entidade abstrata, Ducrot não estuda um sem levar em consideração o outro.

Assumir que a argumentação está na língua também significa afirmar que um locutor produz um enunciado e explicita seu ponto de vista a um interlocutor. Se o enunciado carrega o posicionamento do locutor, esse jamais estará ausente ao produzir um discurso. Desse modo Ducrot rejeita a objetividade na língua para defini-la como tendo caráter subjetivo (expressão do locutor) e intersubjetivo (ação do locutor sobre o interlocutor).

A negação da objetividade vem da impossibilidade de a língua fazer referência ao mundo sem a expressão subjetiva daquele que produz o discurso. Mesmo que se faça a descrição de uma paisagem, ou até mesmo de um objeto, sempre haverá traços de subjetividade. Evidentemente, podem ser concebidos diversos graus de subjetividade: do mais baixo, como o discurso científico, ao mais alto, como a poesia.

Contudo, quando o locutor produz um enunciado, simultaneamente expressa uma atitude frente a um tema e, de alguma forma, age sobre o interlocutor. Assim, na primeira conferência de *Polifonia e Argumentação* (DUCROT, 1988), o lingüista une as indicações subjetivas e intersubjetivas da linguagem num único conceito: o valor argumentativo dos enunciados. Define o autor: “O valor argumentativo de uma palavra é, por definição, a orientação que essa palavra dá ao discurso” (DUCROT, 1988, p.51). Significa que o emprego de uma expressão lingüística orienta a continuação do discurso, permitindo algumas continuações e impedindo outras. Explicado de outra maneira, o valor argumentativo é o conjunto de possibilidades ou de impossibilidades discursivas a partir de uma expressão. A expressão *Pedro é inteligente*, por exemplo, orienta para *portanto vai achar uma solução*; ou *então vai ter um bom emprego*; ou *logo ninguém conseguirá detê-lo*, dentre outras possibilidades. Não permite, todavia, uma continuação como *portanto não vai achar uma solução*. Caso o locutor queira prosseguir com o discurso nesse sentido, deverá usar um *mas*. Desse modo, “o valor argumentativo de uma palavra é o papel que pode desempenhar no discurso” (DUCROT, 1988, p.51). O valor argumentativo do enunciado, visto assim, resume

as indicações subjetivas e intersubjetivas da língua ao localizar na própria língua a direção do discurso.

Seguindo os preceitos saussureanos, a noção de relação entre elementos lingüísticos é de fundamental importância para a TAL. A relação considerada, na forma *standard* da Teoria, é a argumentativa, ou seja, discursos encadeados em *portanto*, explícito ou implícito. Um encadeamento argumentativo é, então, uma seqüência de dois segmentos, A e C, em que A é um argumento para a conclusão C. Essa seqüência forma um enunciado. Há entre A e C uma relação de causa/conseqüência, expressa por *A portanto C*. Nessa fase Ducrot já defendia que o sentido de uma expressão era dado pelos discursos argumentativos que podiam ser encadeados a partir dela. Logo, uma expressão como *o dia está lindo* não tem sentido completo a não ser que se conclua algo a partir dela. Por exemplo, pode-se dizer *o dia está lindo* (A), *vamos à praia* (C), e o sentido será de um dia favorável a um passeio à beira-mar. Por outro lado, se a continuação for *vamos arrumar o jardim*, ter-se-á um novo sentido: será um dia favorável à limpeza e manutenção das plantas. Portanto, a expressão *o dia está lindo* vai assumir sentidos diversos ao ser associada a determinadas conclusões.

Na fase *standard*, Ducrot apresenta noções semânticas essenciais para toda a trajetória da Teoria. São propostos os conceitos de *frase*, *enunciado*, *texto*, *discurso*, *significação* e *sentido*, que se mantêm até o momento atual, a TBS. Retomam-se esses conceitos: a frase é uma estrutura lingüística abstrata, objeto construído pelo lingüista, portanto, não observável. Corresponde à língua saussureana. O que se observa, se escuta é o *enunciado*, a realização efetiva da frase. Possui, então, uma natureza concreta, observável. Sua correspondência é com a fala, embora não diretamente (Ducrot não separa língua e fala, o que será explicado adiante). A frase e o enunciado podem apresentar-se num nível complexo, originando, respectivamente, o *texto* e o *discurso*. *Texto* é um conjunto de frases, ao passo que a realização dessas frases, enunciados de alguma forma vinculados entre si, constitui um *discurso*.

Da realização do enunciado vem o conceito de *enunciação* (como visto anteriormente, é o surgimento de um enunciado). O lingüista afirma que o conceito de enunciação, para ele, não tem nada de psicológico, nem mesmo implica a necessidade de se identificar o sujeito falante (DUCROT, 1980). O que importa é que o enunciado, o produto da enunciação, surge num dado tempo e espaço. Portanto, o enunciado é uma representação de sua enunciação. A afirmação significa que o enunciado se apresenta como produzido por um locutor e direcionado a um interlocutor. A identificação do sujeito produtor do enunciado, chamado sujeito empírico, não é importante, já que o lingüista está vinculado à corrente

estruturalista, para a qual a língua deve ser investigada independentemente de valores referenciais. Enfim, não é o processo que define a enunciação, mas o produto. Não é o ato, mas o que foi dito. Esse é o objeto de estudo para a TAL.

Referentemente a valores semânticos, a frase tem *significação*, ao passo que o enunciado possui *sentido*. A primeira, como está vinculada à frase, é igualmente abstrata. Trata-se de um conjunto de instruções que direcionam a construção do sentido. Indica como o enunciado deve ser interpretado, oferecendo algumas opções de sentido e restringindo outras. O sentido é o valor semântico do enunciado.

Significação e sentido são de naturezas distintas. Segundo Ducrot:

A significação não se encontra no sentido como parte sua: ela é, no essencial pelo menos, constituída de diretivas, ou ainda de instruções, de senhas, para decodificar o sentido de seus enunciados. A frase nos diz o que é necessário fazer quando se tem que interpretar seus enunciados, especifica especialmente o tipo de indícios que é necessário procurar no contexto. (DUCROT, 1989, p.14).

É pelo conceito de significação que Ducrot se afasta de Saussure. É que Saussure distinguiu língua e fala e escolheu o nível abstrato como objeto de estudo. Ducrot, ao contrário, apesar de identificar na linguagem uma entidade abstrata (frase) e outra concreta (enunciado), não as separa mais. A partir da concepção de instruções para a interpretação do enunciado vinculadas à frase, não há como estudar as entidades abstratas e concretas separadamente. Ambos os níveis são interdependentes, pois o sentido do enunciado depende das instruções dadas pela frase, ao mesmo tempo em que só se alcança a significação da frase pela sua ocorrência no enunciado.

Outra conseqüência decorrente da noção de significação é que o sentido de um discurso não resulta da soma de conteúdos semânticos das palavras ali veiculadas, como se os conteúdos fossem agregando-se até formarem o sentido. Para Ducrot, as palavras, de caráter abstrato, combinam-se para formar a significação da frase, e esta, numa situação discursiva, direciona a construção do sentido do enunciado. É importante não confundir a significação da frase, ou da palavra isolada, com o que se chama sentido literal: um elemento de sentido mínimo contido em todos os enunciados de uma mesma frase, apenas diferenciando-os pelo acréscimo de algo. O sentido não é a significação mais alguma coisa, pois ambos têm natureza distinta, são completamente heterogêneos. As instruções da frase não são comunicáveis, posto que são abstratas, mas servem para reconstruir o sentido visado pelo locutor numa dada situação discursiva. Um exemplo de instrução contida na significação da frase: o uso da expressão *até mesmo*, em *Até mesmo o Pedro veio*. O locutor, ao produzir o enunciado, não

informa simplesmente sobre a vinda de Pedro, mas apresenta essa vinda como um argumento mais forte para justificar certa conclusão (que, hipoteticamente, poderia ser: *a festa estava excelente, pois até o Pedro, que não gosta de festas, apareceu*).

A TAL avança para a segunda fase quando Ducrot constata que somente o argumento e a conclusão não bastavam para a determinação da argumentação. Ele percebeu, por exemplo, que dos argumentos:

(A1) *Pedro estudou um pouco;*

(A2) *Pedro estudou pouco;*

poderia ser concluído, indistintamente, (C) *Pedro será aprovado no exame*. A questão era definir se o locutor defendia que o estudo levava ao êxito, então A1 seria o argumento, ou conduzia ao fracasso (num caso de tensão provocada pelo estudo), em que o argumento seria A2. Com isso, Ducrot observa que:

O problema geral é que as possibilidades de argumentação não dependem somente dos enunciados tomados por argumentos e conclusões, mas também dos princípios dos quais se serve para colocá-los em relação (DUCROT, 1989, p. 21).

A partir daí a Teoria passa por reformulações. É acrescentada a noção de *topos* como um princípio argumentativo que relacionaria um argumento a uma conclusão. Desse modo, o *topos* que garantiria a passagem do argumento à conclusão em *João exercitou-se, portanto vai melhorar* seria que *exercitar-se faz bem à saúde*. O *topos*, então, é um terceiro elemento atuante no encadeamento argumentativo.

Três propriedades caracterizam o *topos*. A primeira, ele é *universal*, no sentido de ser compartilhado pela coletividade em que o discurso está inserido. No caso de *O tempo está bom, vamos à praia* o princípio argumentativo de que o calor é justificativa para sair deve ser compartilhado, ao menos, pelo locutor e pelo interlocutor, ou o argumento não seria apropriado. A segunda propriedade dos *topoi* (plural de *topos*) é a generalidade. Refere-se à sua aplicabilidade em um grande número de situações discursivas semelhantes. No exemplo acima, toda vez que fizer calor será uma justificativa para passeios na praia, não apenas numa dada ocasião. A terceira característica decorre de o *topos* ser *gradual*. Significa que os *topoi* colocam em correspondência duas escalas: à medida que se percorre uma delas, também se percorre a outra. Voltando-se ao exemplo da ida à praia devido ao calor, o *topos* coloca a

relação entre uma escala de *temperatura* e outra de *satisfação*. Assim, quanto mais alta for a temperatura, mais agradável será passear na praia.

Apesar de o *topos* ter sido um avanço para a TAL, a TBS vai suprimi-lo e passará a afirmar que o sentido é resultado da interdependência entre dois segmentos, antes tomados por argumento e conclusão, ligados por um conector. O *topos* foi suprimido porque, ao ser concebido um elemento que garantiria a passagem do argumento à conclusão, ficaria pressuposto que argumento e conclusão teriam sentidos completos, o que é negado pela TAL. Além disso, esse terceiro elemento estava vinculado a fatores extralingüísticos, como o caso da temperatura no exemplo acima. Ora, manter os *topoi* era ir contra o princípio estruturalista de estudar a língua por ela mesma, sem referências ao mundo. Portanto, deixa de haver espaço, no encadeamento argumentativo, para um terceiro elemento. Conjuntamente, argumento e conclusão são suficientes para a construção do sentido. O assunto será desenvolvido na seção referente à TBS.

É igualmente no segundo momento da TAL que é introduzida a noção de polifonia na análise lingüística, por meio da Teoria Polifônica da Enunciação. O conceito tinha sido desenvolvido por Bakhtin e aplicado à teoria literária. De fato, Bakhtin empregou a polifonia para caracterizar duas formas de literatura: a *dogmática* e a *popular, polifônica* ou *carnavalesca*, de acordo com a relação existente entre o autor e os personagens. Na literatura dogmática há a expressão de uma só voz, a do autor. Ele acaba direcionando o pensamento do leitor por meio de julgamentos dos personagens. O exemplo desse tipo de literatura, de acordo com Bakhtin, é Tolstoi. Por outro lado, a literatura *popular, polifônica* ou *carnavalesca* caracteriza-se pela ocorrência de várias vozes, as dos personagens, que se apresentam sem serem julgados pelo autor. O sentido da obra resulta do confronto entre as várias vozes, sem que o autor interfira. O exemplo é a obra de Dostoievski.

Ducrot adapta o conceito de polifonia à linguagem ao afirmar que “o autor de um enunciado não se expressa nunca diretamente, mas coloca em cena no mesmo enunciado um certo número de personagens” (DUCROT, 1988, p.16). Além disso, o sentido do enunciado é decorrente da confrontação entre as diferentes vozes ouvidas através do enunciado.

Nessa questão, Ducrot rebate um conceito da lingüística clássica: a unicidade do sujeito falante. Ele atribui o termo *locutor* (L) ao *eu*, aquele que é responsável pelo enunciado, que se identifica pelas marcas de primeira pessoa, mas que deve ser distinguido do sujeito empírico (λ), o ser real, material. Essa distinção é defendida por Ducrot porque seu foco é a argumentação produzida no sistema lingüístico e por meio do próprio sistema, enquanto o indivíduo real pertence ao mundo extralingüístico. Como a preocupação do semanticista é o

sentido do enunciado, ele deve ocupar-se da descrição desse enunciado, não lhe interessando as condições externas da sua produção.

Além das definições de locutor e de sujeito empírico, Ducrot acrescenta o conceito de *enunciadores* (E), que são seres sem palavras no discurso, mas são responsáveis pelos pontos de vista ali implícitos. Não são pessoas, nem o produtor real do enunciado, mas seres abstratos.

Uma comprovação da existência dos enunciadores pode ser dada pelo emprego da locução adverbial *ao contrário* em: *Pedro não veio, ao contrário, ficou em casa*. A questão é explicar a oposição indicada por *ao contrário*, já que *Pedro não veio* e *ficou em casa* não são opostos um ao outro (o fato de Pedro ter ficado em casa implica que ele não tenha vindo). Para Ducrot, o primeiro segmento *Pedro não veio* apresenta duas vozes, ou dois enunciadores, responsáveis pelos seguintes pontos de vista:

E1: *Pedro veio*;

E2: *Pedro não veio*.

Como se vê, no primeiro segmento há dois pontos de vista, um positivo (E1) e outro negativo (E2). O enunciador E1 não está expresso, mas implícito no enunciado. A oposição indicada pela locução *ao contrário* se dá, então, entre o enunciador positivo E1 e o segundo segmento *ficou em casa*. Portanto, ao conectar os dois segmentos com *ao contrário*, o locutor opõe um ponto de vista explícito no enunciado a outro não expresso. Cabe ressaltar que o ponto de vista positivo E1 é negado pelo locutor, pois afirma a perspectiva negativa de E2. O locutor, então, dialoga com os enunciadores.

Do diálogo entre locutor e enunciadores vem a noção de polifonia na linguagem. A polifonia se explica como um conjunto de vozes que estão implícitas num enunciado quando um locutor se dirige a um interlocutor. Na verdade, são pontos de vista frente aos quais o locutor toma uma posição.

Sendo assim, como o enunciado é a representação da sua enunciação, para o sentido do enunciado devem ser levados em conta o locutor, o interlocutor e os enunciadores. O primeiro elemento do sentido é a apresentação dos pontos de vista dos enunciadores. O segundo é a relação que o locutor apresenta com os enunciadores. Ducrot distingue três atitudes: *identificação*, *aprovação* e *oposição*. O locutor se identifica com um enunciador quando assume um ponto de vista. É o caso da asserção, no exemplo *Pedro veio*, em que o

locutor assume a perspectiva da vinda de Pedro e impõe o ponto de vista desse enunciador no enunciado.

A segunda atitude é dar aprovação. O locutor concorda com determinado ponto de vista, mas o enunciado não tem por objetivo admitir o ponto de vista desse enunciador. Isso acontece nos casos de pressuposição. Dado o exemplo clássico *Pedro parou de fumar*, em que há o pressuposto *Pedro fumava antes* e o posto *Pedro não fuma agora*. Ducrot propõe que no enunciado há dois enunciadores: E1 apresenta o pressuposto e E2 o posto. O locutor, então, dá aprovação ao ponto de vista de E1, pois concorda com o pressuposto de que Pedro fumava anteriormente, e se identifica com E2, o posto, ao impor o ponto de vista de que Pedro não fuma agora. Ducrot explica a pressuposição pela polifonia ao afirmar: “Então o que comumente se chama pressuposição é aquilo ao qual o locutor dá sua aprovação e o que se chama ‘o afirmado’ é aquilo com o qual o locutor se identifica” (DUCROT, 1988, p.67).

A terceira posição do locutor frente aos enunciadores é a de opor-se, ou seja, a de rechaçar um ponto de vista. O exemplo vem da negação, como no enunciado *O táxi não chegou*. Apresentam-se os enunciadores:

E1: *O táxi chegou.*

E2: *O táxi não chegou,*

em que o locutor assume a negativa de E2 (identifica-se) e opõe-se a E1, a afirmação.

Ducrot coloca, em 1988, um terceiro elemento na análise do sentido: a assimilação. Trata-se de identificar um enunciador, a origem de ponto de vista, com uma determinada pessoa. No entanto, o lingüista não desenvolve a questão: “Há certamente outros elementos no sentido de um enunciado, mas não vejo a necessidade de falar deles neste momento” (DUCROT, 1988, p.67).

Os enunciadores são argumentadores, pois são responsáveis pelos pontos de vista que indicam. Vê-se o discurso: *O tempo está bom, mas minhas pernas estão doendo*, proferido numa situação discursiva em que alguém responde ao convite de outra pessoa para caminhar porque o dia está agradável. Seguindo a análise polifônica proposta por Ducrot, o primeiro elemento de sentido é a apresentação dos pontos de vista dos enunciadores. Identificam-se quatro:

E1: *o tempo está bom;*

E2: *vamos passear;*

E3: *minhas pernas estão doendo;*

E4: *não vamos passear.*

Vê-se que E1 apresenta o ponto de vista de que o tempo está bom, e E2 conclui, a partir de E1, a aceitação do convite. E3, por outro lado, apresenta a perspectiva de haver dor nas pernas, ao passo que E4 conclui, de E3, a recusa à caminhada.

O segundo elemento é a atitude do locutor frente aos enunciadores. O locutor concorda com E1. Aprova que o dia está agradável, mesmo não sendo a finalidade de o enunciado afirmar o bom tempo. Por outro lado, vai opor-se a E2, que conclui positivamente ao passeio. Com E3 há identificação, pois o locutor impõe esse ponto de vista ao interlocutor. O mesmo acontece com E4, pois conclui a não aceitação do convite. Com relação ao terceiro elemento, a assimilação, diz-se que o locutor assimila E1 e E2 ao interlocutor. Porém, Ducrot não avança nessa explicação.

Assim, o discurso, como um todo, tem o sentido de opor-se a uma idéia. Pelo exemplo vê-se que os enunciadores, embora sem palavras, argumentam, ou seja, defendem um ponto de vista, assim como faz o locutor, ao tomar atitudes frente a eles.

A análise do exemplo acima também serve para a descrição da significação de *mas*, na estrutura *X mas Y*. O *mas* articula dois enunciados: *X portanto r* e *Y portanto não-r* (*r* é a conclusão). Como já foi visto, a significação é constituída de um conjunto de instruções que irão construir o sentido no enunciado. Então, o *mas* apresenta uma instrução como “a partir da estrutura *X mas Y* construa quatro enunciadores. E1 contém o ponto de vista de *X* e E2 tira uma conclusão *r* a partir de *X* (que fica implícita). E3 apresenta o ponto de vista de *Y* e E4 conclui *não-r*. Pode-se concordar ou assumir E1 e E3, dependendo da situação discursiva. No final, recuse E2 e assumo E4, ou seja, *não-r*.”

A estrutura *X mas Y* está no nível do discurso, que é uma seqüência de enunciados articulados entre si. Nesse caso, os enunciados são bem delimitados, um antes e outro depois do articulador. Porém, a tarefa de segmentar o discurso em enunciados nem sempre é fácil. Coloca-se a questão: como proceder? Oswald Ducrot aborda a segmentação do discurso em dois momentos: em *O Dizer e o Dito* (1987) e em *Polifonía y Argumentación* (1988).

Em o *Dizer e o Dito* Ducrot afirma que o sujeito falante faz escolhas de segmentos “relativamente autônomos” para a constituição do discurso. Portanto, a identificação desses enunciados num discurso deve refletir as escolhas “relativamente autônomas” feitas pelo sujeito falante. Resta então saber qual é o conceito de “autonomia relativa”.

De acordo com o lingüista, a autonomia relativa de um enunciado configura-se na satisfação simultânea de duas condições: a de *coesão* e a de *independência*. Há coesão em um segmento se “a escolha de cada constituinte é sempre determinada pela escolha do conjunto” (DUCROT, 1987, p.164), e não por si mesmo. É o caso da seqüência *Pedro está aqui*, em que as três palavras foram escolhidas para produzir um determinado enunciado. Há independência de um segmento “se sua escolha não é imposta pela escolha de um conjunto mais amplo de que faz parte” (DUCROT, 1987, p.165).

Caso se diga a uma pessoa gulosa “coma para viver”, esse “coma” não constitui um enunciado, pois deve ser compreendido a partir de sua continuação “para viver”. Por outro lado, se a mesma seqüência for dita a um doente necessitando alimentar-se adequadamente, então “coma” constitui um enunciado independente de “para viver”, pois esse último serve como um reforço para o conselho dado (“coma”). Outro exemplo a partir dos diálogos abaixo:

(1) A: *O Pedro, a gente não tem visto muito.*

B: *Mas como! Eu o vi esta manhã. A propósito, ele acaba de comprar um carro.*

(2) A: *Eu acho que o Pedro está com problemas de dinheiro neste momento.*

B: *Mas como! Eu o vi esta manhã. Ele acaba de comprar um carro.*

No diálogo (1), *eu o vi esta manhã* atende ao critério de independência, pois sua escolha não está relacionada com a seqüência do enunciado. Inclusive, o conetivo *a propósito* marca a fronteira entre os dois enunciados. Já em (2), *Eu o vi esta manhã* não constitui enunciado independente de *Ele acaba de comprar um carro*. O primeiro segmento serve como um apoio para reforçar a confiabilidade do que vem em seguida (*Ele acaba de comprar um carro*). Percebe-se até mesmo a impossibilidade de se inserir um *a propósito* em B do diálogo (2), confirmando que se trata de um só enunciado.

Em *Polifonía y Argumentación* (1988) Ducrot parte do exemplo *Faz calor, vamos passear* para explicar que os dois segmentos S1 (Faz calor) e S2 (vamos passear) formam um só enunciado. A justificativa reside em que *Faz calor* somente tem sentido a partir de *vamos passear*, pois estabelece o sentido de um calor próprio para um passeio. Diferentemente de *Faz calor, não vamos passear*, em que o primeiro segmento assume um sentido diferente. Agora, trata-se de um calor impróprio para um passeio. Por meio desses exemplos, Ducrot afirma que “Se um segmento S1 tem sentido somente a partir do segmento S2, então a seqüência S1+S2 constitui um só enunciado” (DUCROT, 1988, p.53).

Contudo, o próprio lingüista reconhece a imprecisão da regra:

Dado que neste momento não posso tratar de maneira exaustiva o problema [a segmentação do discurso], vou me limitar unicamente a apresentar uma regra que aplico para fazer essa segmentação, mesmo fazendo o esclarecimento de que esta regra não é suficiente. (DUCROT, 1988, p.53).

Portanto, percebe-se que a segmentação do discurso em enunciados, sob a perspectiva da TAL, ainda não foi explorada de modo que resulte numa regra passível de ser aplicada a quaisquer tipos de discursos.

2.3 TEORIA DOS BLOCOS SEMÂNTICOS

A terceira fase da TAL foi desenvolvida com a colaboração de Marion Carel a partir de 1992. A Teoria dos Blocos Semânticos (TBS) suprime a noção dos *topoi* da fase anterior, pois é abandonada a idéia de princípio argumentativo ligando um argumento a uma conclusão. Na nova etapa, a unidade mínima de argumentação é uma relação entre dois segmentos e um conector. Anteriormente, tomavam-se o argumento e a conclusão como unidades semanticamente independentes, unidas por um *topos*, como em *está calor* (A), *vamos passear* (C), cujo princípio que garantiria a passagem de A a C seria *o calor é bom para sair*. Porém, ao se enunciar *está calor* (A), *vamos ficar em casa* (C) percebe-se que A tem sentidos distintos nos exemplos acima: num o calor é bom para sair e noutro é bom para ficar em casa, ou seja, são “calores” diferentes. Isso leva a crer que o sentido é produzido na relação com a conclusão, formando um bloco, e não na passagem de A para C. O bloco semântico, então, é o sentido resultante da interdependência entre os segmentos de um encadeamento argumentativo.

Na formação dos encadeamentos representativos dos blocos semânticos, os segmentos são encadeados por conectores do tipo *donc* (simbolizado por DC e que pode ser traduzido por *portanto*, do francês), formando um encadeamento normativo, e *pourtant* (simbolizado por PT – *no entanto*), constituindo um encadeamento transgressivo. Os conectores DC e PT são metalingüísticos. Assim, DC pode representar outras expressões além de *portanto*. Dentre outros exemplos, citam-se:

- (1) *Se João é prudente, então não sofrerá nenhum acidente;*
- (2) *A prudência de João tem como conseqüência que não sofra nenhum acidente.*

Do mesmo modo, o conector PT também está presente, dentre outras possibilidades, em:

- (3) *Mesmo João sendo prudente, sofreu um acidente;*
- (4) *Apesar de ser prudente, João corre o risco de sofrer acidentes.*

Para exemplificar a construção dos encadeamentos, toma-se por base o bloco semântico resultante da interdependência entre *exercício físico* e *melhora da saúde*. Formam-se os encadeamentos:

- (1) **Ele exercita-se DC vai melhorar**
- (2) **Ele exercita-se PT neg-vai melhorar** (“neg” representa negação),

em que o aspecto normativo em DC seria a afirmação da norma e o transgressivo em PT a sua negação. No âmbito da TBS, norma e transgressão são de caráter discursivo, isto é, inerentes ao próprio discurso. Não representam ideologias, crenças, comportamentos, etc., que são exteriores à língua.

Diferentes encadeamentos podem ser expressos a partir do bloco citado a partir da alternância dos conectores e acréscimo da negação, como se vê abaixo:

- (1) **Ele exercita-se DC vai melhorar**
- (2) **Ele exercita-se PT neg-vai melhorar**
- (3) **Ele neg-exercita-se DC neg-vai melhorar**
- (4) **Ele neg-exercita-se PT vai melhorar**

A relação entre esses encadeamentos será explicada na seção 2.3.2, referente ao quadrado argumentativo.

Os aspectos normativo e transgressivo podem ser ligados a uma entidade lingüística de dois modos: externo ou interno. A *argumentação externa* (AE) de uma entidade é “a pluralidade dos aspectos constitutivos de seu sentido na língua, e que estão ligados a ela de modo externo” (DUCROT, 2002, p.9). São encadeamentos cuja expressão é um dos

segmentos. Exemplificando, a AE de *ter pressa* poderia ser **ter pressa DC agir rapidamente**. A AE pode dar-se à direita, como no exemplo acima, ou à esquerda: **estar apressado DC ter pressa**.

Enquanto a AE relaciona-se aos discursos que podem preceder ou seguir-se a uma entidade, em que a própria expressão lingüística constitui um dos segmentos do encadeamento, a argumentação interna (AI) é relativa aos encadeamentos que parafraseiam a entidade ou são muito próximos a ela (DUCROT, 2002), ou seja, a expressão não é constitutiva dos segmentos. Ducrot apresenta a AI de *prudente* a partir da idéia de que, se alguém é prudente, então toma precaução diante do perigo, como sendo **perigo DC precaução**.

Do mesmo modo, estabelece-se *argumentação externa ao enunciado*. Uma AE possível de *Pedro é prudente* é **Pedro é prudente DC não lhe ocorrerá nada de mal**. Também é possível estabelecer-se *argumentação interna ao enunciado*. A AI de *Pedro é prudente* resulta em **perigo DC precaução**. Os blocos semânticos construídos a partir dos enunciados de um discurso permitem que se explicita sua estrutura argumentativa, ou seja, o modo como a argumentação do discurso é produzida.

2.3.1 Classificação semântica das palavras

A TBS, segundo Ducrot, “mantém e inclusive radicaliza os postulados de base da Teoria da Argumentação na Língua” (CAREL; DUCROT, 2005, p.165). Isso significa que é mantida a idéia de que o sentido de uma unidade lingüística se dá por meio dos discursos evocados por ela (sob a forma de AI ou AE) ou pelas modificações em outros discursos a que está associada. Portanto, conclui o lingüista, “unicamente o discurso é doador de sentido” (CAREL; DUCROT, 2005, p.165).

Contudo, a nem todas as palavras podem ser atribuídas uma AI e uma AE. Somente às *palavras plenas*, que se caracterizam pela evocação de discursos (constituindo suas argumentações interna e externa). As *palavras ferramentas* ou *gramaticais* não podem ser associadas a nenhum conjunto específico de discursos, mas adquirem seu sentido na relação com outros discursos que não estão diretamente ligados a elas. As palavras gramaticais são divididas em três grupos: os *conectores*, os *articuladores* e os *operadores*. Os conectores articulam segmentos que constituem os encadeamentos argumentativos (são

análogos a *portanto* e *no entanto*). Os articuladores, por outro lado, não articulam segmentos, mas encadeamentos. Sua função é de “comparar as argumentações que constituem o sentido dos segmentos que os precedem e que os seguem” (CAREL; DUCROT, 2005, p.166). O *mas* é um exemplo de articulador entre os encadeamentos *Ele é um bom aluno, mas falta muito às aulas*.

Finalmente, os operadores. Ducrot define como operador “uma palavra Y que, aplicada a uma palavra X, produz um sintagma XY cujo sentido está constituído por aspectos que contêm as palavras plenas já presentes na AI e na AE de X” (CAREL; DUCROT, 2005, p.166), ou seja, um operador não acrescenta sentido a X. Simplesmente reorganiza os constituintes semânticos de X. Os operadores apresentam duas subclasses: os *modificadores* e os *internalizadores*. O modificador é “uma palavra gramatical Y que, associada a uma palavra X, forma o sintagma XY, cuja AI é constituída unicamente pelas palavras plenas contidas na AI de X” (CAREL; DUCROT, 2005, p.167). O modificador não atribui novos sentidos à AI da palavra a que está ligado, mas reorganiza seus constituintes por meio de combinações com os conectores e com a negação.

Um exemplo de modificador é a palavra *fácil* no sintagma *problema fácil*. *Problema*, segundo Ducrot, pode ser parafraseado por: *questão que alguém não pode compreender mesmo quando se esforce* (CAREL; DUCROT, 2005, p.168), representado pelo encadeamento (sua AI) **esforço PT neg-compreensão**. A palavra *fácil*, nesse contexto, atenua o esforço necessário para a compreensão. Assim, a AI de *problema fácil* será **esforço DC compreensão**. O modificador atuou unicamente sobre o conector e a negação da AI de *problema*, resultando na diminuição da força argumentativa. Os modificadores que atenuam a força argumentativa da palavra a que se ligam chamam-se *modificadores desrealizantes* (como *fácil*, visto acima). Aqueles que, ao contrário, aumentam ou mantêm a força argumentativa são os *modificadores realizantes* (como *difícil*, em *problema difícil*).

A outra subclasse dos operadores é a dos internalizadores, “denominação que evoca a idéia de que a AE de X se coloca no interior da AI de XY” (CAREL; DUCROT, 2005, p.169). Como exemplo, cita-se a expressão *em vão* no sintagma *buscar em vão*. Ducrot defende a presença de *encontrar* na AE de *buscar*, pois quem busca algo tem, ao menos, a intenção de encontrar. Assim, a AE de *buscar* seria **buscar DC encontrar**. A AI de *buscar em vão* seria o aspecto transgressivo do encadeamento acima: **buscar PT neg-encontrar**. Vê-se, então, que a AE do verbo “se internalizou” na AI da expressão *buscar em vão*. Dentro dos internalizadores há os *transgressivos*, que apresentam o aspecto em PT, e os *normativos*, que apresentam o aspecto em DC. Ducrot afirma que tanto os modificadores como os

internalizadores parecem atuar na gradualidade das entidades a que se acham associados, sem, contudo trazer-lhes novos sentidos.

2.3.2 Quadrado Argumentativo

Os encadeamentos argumentativos podem ser formalizados, sob um modo geral, por meio da expressão A CON B, em que A e B são os segmentos constitutivos do encadeamento (podem estar acompanhados de uma negação ou não) e CON é o conector (DC ou PT).

Como existe um laço de interdependência entre A e B, esses segmentos podem formar oito conjuntos de encadeamentos chamados de *aspectos argumentativos*, por meio da alternância dos conectores e a presença da negação. Esses oito aspectos dividem-se em dois blocos de quatro aspectos, em que a relação entre A e B é a mesma dentro dos quatro aspectos de cada bloco semântico. O modo de formalizar a noção de bloco semântico dá-se por meio de um *quadrado argumentativo*. Por exemplo, os aspectos abaixo formam um bloco semântico BS1:

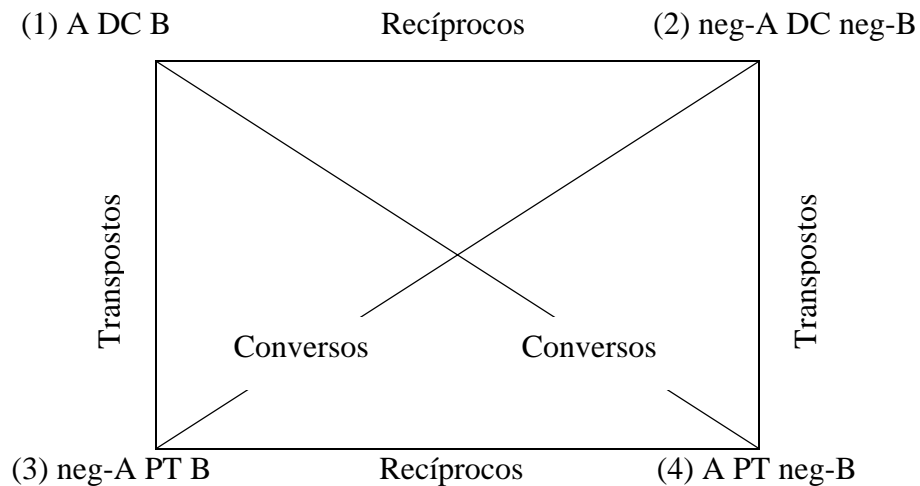
A DC B
 A PT neg-B
 neg-A PT B
 neg-A DC neg-B

Ressalta-se que entre A e B há a mesma relação dentro do bloco. Por outro lado, esses segmentos podem relacionar-se de outra maneira, gerando outro conjunto. Os outros quatro aspectos, que formam o bloco BS2, são:

A DC neg-B
 A PT B
 neg-A DC B
 neg-A PT neg-B

Os aspectos pertencentes a cada bloco estabelecem, entre si, relações discursivas, denominadas *conversas*, *recíprocas* e *transpostas* (CAREL; DUCROT, 2005, p.40). São *conversos* os encadeamentos A CON B e A CON' neg-B¹, em que ocorre a troca dos conectores e a negação do segundo segmento; são *recíprocos* A CON B e neg-A CON neg-B, em que são mantidos os conectores e ambos os segmentos são negados; por fim são *transpostos* A CON B e neg-A CON' B, em que há alternância dos conectores e negação do primeiro segmento.

As relações entre os encadeamentos argumentativos podem ser representadas pelo esquema abaixo, que formaliza os aspectos de BS1:



Desse modo, são conversos os aspectos:

- (1) A DC B e (4) A PT neg-B
- (2) neg-A PT B e (3) neg-A DC neg-B

São recíprocos:

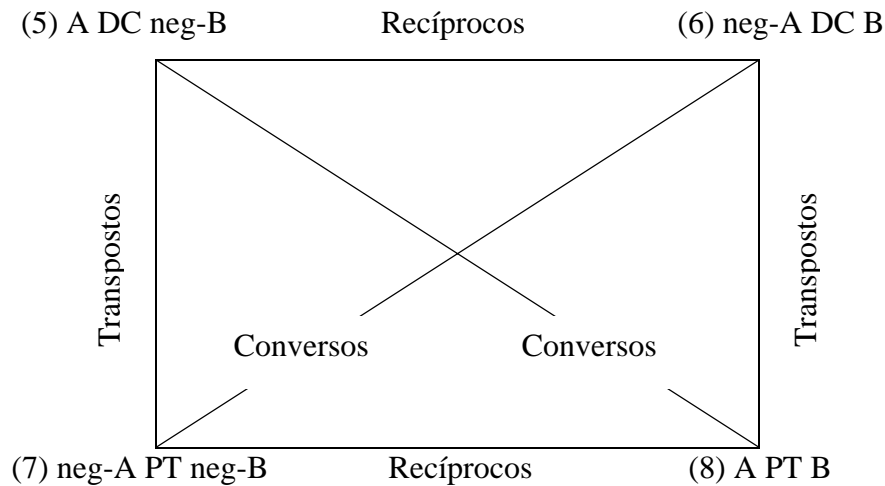
- (1) A DC B e (2) neg-A DC neg-B
- (3) neg-A PT B e (4) A PT neg-B

Por último, são transpostos:

- (1) A DC B e (3) neg-A PT B
- (2) neg-A DC neg-B e (4) A PT neg-B

¹ CON e CON' marcam a distinção entre os conectores: se CON for DC, CON' será PT e vice-versa; *neg* representa a negação.

A mesma interdependência entre A e B dá origem ao bloco BS2, contrário ao anterior, esquematizado por:



Os aspectos (5), (6), (7) e (8) mantêm, entre si, as relações discursivas descritas para BS1, não sendo necessário repeti-las. Por meio da relação entre BS1 e BS2, nota-se que constituem blocos contrários. A oposição é bem marcada se forem comparados, por exemplo, os aspectos (1) e (5), respectivamente dos blocos BS1 e BS2:

- (1) A DC B
- (5) A DC neg-B

Entre ambos há manutenção do primeiro segmento e do conector, mas o segundo segmento é negado em (5), resultando em novo sentido. Um exemplo concreto poderá explicitar melhor. Partindo-se de uma relação de interdependência entre ter saúde e fazer exercícios físicos, têm-se os seguintes aspectos do bloco BS1:

- (1) Ele exercita-se DC vai melhorar
- (2) Ele exercita-se PT neg-vai melhorar
- (3) Ele neg-exercita-se PT vai melhorar
- (4) Ele neg-exercita-se DC neg-vai melhorar

Os aspectos acima pertencem ao mesmo bloco semântico – o que articula ter saúde à realização de exercícios físicos. Contudo, pode ser constituído o bloco BS2, articulando a saúde à não-realização de exercícios (numa recomendação de repouso, por exemplo):

- (1') Ele exercita-se DC neg-vai melhorar
- (2') Ele exercita-se PT vai melhorar
- (3') Ele neg-exercita-se DC vai melhorar
- (4') Ele neg-exercita-se PT neg-vai melhorar

Percebe-se que os aspectos (1')-(4') são diferentes de (1)-(4) justamente por constituírem blocos semânticos contrários: em BS1 a melhora vem do exercício físico, ao passo que em BS2 a melhora vem do não-exercício.

2.3.3 Predicação centrada e conectiva

Marion Carel (CAREL; DUCROT, 2005) opõe-se ao modo pelo qual a concepção clássica da predicação trata a significação das frases, isto é, a lingüista rejeita a perspectiva de que o discurso designa a realidade. O posicionamento está de acordo com os fundamentos da TAL, que vê o sentido construído na língua e pela língua, e que, se a língua faz referência ao mundo real, o faz de modo subjetivo, de acordo com aquele que fala. A partir da visão de que a língua não é objetiva, pois sempre vai expressar um posicionamento do locutor, não tem como referir-se ao mundo senão de modo argumentativo (expressa um ponto de vista sobre determinado tema). Assim, Carel vai se ocupar do estudo da predicação tomando como ponto de partida a relação existente entre a significação do sujeito e a do predicado, desconsiderando a referência dos discursos ao mundo.

A lingüista divide gramaticalmente a oração em dois grupos constitutivos: um grupo sujeito (GS) e um grupo verbal (GV). O bloco semântico expresso pela oração pode vir de um dos grupos ou de ambos.

Quando o bloco expresso vem de um dos constituintes, a predicação é denominada *centrada*. Quando o bloco semântico é construído pelos dois constituintes da oração, a predicação é *conectiva*. A seguir, esses tipos de predicação serão detalhados.

A predicação centrada pode vir do GV ou do GS. Para explicar a predicação centrada no GV, toma-se o exemplo *Pedro é prudente*. Na oração, *Pedro* designa alguém e dele se afirma que é prudente, independentemente de qualquer referência a determinada pessoa que se chama *Pedro*. Inclusive, *Pedro* poderia ser trocado por *Maria* sem substancial alteração na sua interpretação. Isso significa que a argumentação está centrada no GV, ou seja, a argumentação interna (AI) de *Pedro é prudente* vem da AI de *prudente*, representada pelo aspecto **perigo DC precaução**. No entanto, o sujeito desempenha um papel: o de selecionar os encadeamentos evocados pela oração. Carel explica que, apesar de *Pedro é prudente* e de *Maria é prudente* terem a mesma AI (**perigo DC precaução**), essas orações se distinguem porque os sujeitos vão selecionar determinados encadeamentos e excluir outros. *Pedro é prudente* somente poderá ser parafraseado pelo encadeamento em que apareça a palavra *Pedro*, como *Se há perigo, Pedro tomará precaução*. Já *Maria é prudente* será parafraseada pelo encadeamento *Se há perigo, Maria tomará precaução*. Daí conclui-se que, na predicação centrada no GV, é o verbo que provê o aspecto, mas o sujeito seleciona certos encadeamentos do aspecto.

Além do sujeito, o tempo verbal também cumpre a função de seleção de encadeamentos. *Pedro é prudente* pode ser parafraseado por *Se há perigo, Pedro toma precaução*, pois ser prudente é uma característica inerente a *Pedro*. No entanto, *Pedro foi prudente* tem como paráfrase *Nesse dia houve perigo, portanto Pedro tomou precaução*. Foi uma atitude pontual, não significa que Pedro seja prudente por natureza. Logo, é o tempo gramatical do enunciado que seleciona encadeamentos com *se* ou com *portanto*.

Para explicar a predicação centrada no GS, utiliza-se o exemplo *A melhora é leve* (no sentido de ser irrelevante). O enunciado pode ser parafraseado por *A situação era complicada, portanto as coisas não vão bem*, expressão do aspecto **era complicado DC neg-está bem**. O problema reside em como explicar uma possível contradição entre *A melhora é leve* e a AI de *melhora*, que é **estava mal PT está bem**. Nesse caso, o GV atua sobre o aspecto, transformando-o em seu converso, que é **estava mal DC neg-está bem**. O GV, aqui, não interfere na AI da expressão, mas atua sobre o aspecto dado pelo GS.

Passa-se agora à predicação conectiva. Para Carel, a predicação de um enunciado é conectiva quando o bloco de sua AI vem de um termo do GS e de outro do GV. O exemplo utilizado é *Este homem virtuoso me será caro*. Aqui há predicação conectiva, pois o homem será caro porque é virtuoso, expressão do aspecto **homem virtuoso DC será caro**.

A predicação conectiva pode ser normativa ou transgressiva. Será normativa se ligar o sujeito e o verbo por um *portanto*, e será transgressiva se uni-los por um *no entanto*. A

lingüista recorre a um trecho de uma fábula de La Fontaine, *A raposa e a cegonha*, para exemplificar o primeiro tipo (CAREL; DUCROT, 2005, p.157). A fábula conta que a raposa convidou a cegonha para jantar, mas serviu uma sopa em prato raso, impossibilitando a cegonha de comer. Para vingar-se, a cegonha convidou a raposa e serviu comida num pote fino e comprido, prejudicando a janta da raposa. O trecho da fábula escolhido foi *A cegonha de longo bico não pode comer nada*. Percebe-se que a construção de sua AI se dá mediante um *portanto*, como **A cegonha tem um longo bico DC não pode apanhar nada**, indicando uma predicação conectiva normativa.

O segundo tipo, a predicação conectiva transgressiva, pode ser exemplificado pela oração *Inclusive os maus estudantes foram aprovados*. A palavra *inclusive* já é uma indicação de predicação conectiva. A expressão *maus* vincula-se a *aprovados* pelo conector *inclusive*, que indica uma transgressão. Na construção da AI do enunciado estão presentes termos do GS e do GV unidos por um *no entanto*, resultando em **maus estudantes PT aprovados**.

Como conclusão, a lingüista estuda a predicação sob a perspectiva discursiva, e não referencial. A significação da oração está vinculada a aspectos lingüísticos presentes no próprio discurso.

2.3.4 Polifonia pela Teoria dos Blocos Semânticos

A TBS trouxe contribuições importantes para a análise polifônica do enunciado. Reafirma que o locutor relaciona-se com os enunciadores de duas maneiras: assimila-os a personagens do discurso e toma atitudes em relação a eles. A assimilação, conceito não desenvolvido na polifonia de 1988, é retomada na terceira fase da TAL. Consiste na atribuição de um ponto de vista (um enunciador) a seres determinados ou indeterminados. É o caso dos exemplos citados por Ducrot:

- (1) Eu me sinto cansado.
- (2) Segundo meu médico, estou cansado.

Em (1) a assimilação é feita a um ser determinado: aquele que produz o enunciado é a origem do ponto de vista. Contudo, em (2) o posicionamento é atribuído ao médico, resultando em sentidos distintos para cansaço: (1) expressa um cansaço visto a partir de si

mesmo, enquanto em (2) é visto de um modo externo a si, é alguém que diz que “eu” está cansado. A assimilação pode dar-se a seres indeterminados, como:

(3) Segundo os bons estudantes, a prova era fácil.

(4) Parece que fará tempo bom amanhã.

Em ambos os casos acima, o locutor não assimila os enunciadores a seres determinados. No enunciado (3) não se sabe, ou não se quer dizer, quem são os bons estudantes. Já em (4) a indeterminação é mais evidente com o uso da forma *parece que P*.

A segunda intervenção do locutor é a tomada de atitudes frente aos enunciadores. Três atitudes são possíveis: assumir um ponto de vista, concordar com ele ou opor-se a ele. Assumir um ponto de vista é impor, no enunciado, o posicionamento de um enunciador. É o caso de *eu me sinto cansado*, em que se dá a si mesmo a origem de estar cansado e se impõe esse ponto de vista no enunciado. A concordância resulta de não se poder contestar um enunciador, como no caso da pressuposição. Por último, a oposição se dá quando um ponto de vista de um enunciador é negado no discurso. Num enunciado negativo, como *O táxi não chegou*, o locutor se opõe ao enunciador que afirma *O táxi chegou*.

Outra contribuição da TBS para a teoria polifônica é a extinção do termo *identificação* como uma atitude possível do locutor frente a um enunciador, no segundo momento da Teoria. Com o desenvolvimento da assimilação, o conceito de identificação tornou-se ambíguo, pois conciliava tanto o assumir um ponto de vista como a assimilação do locutor a um enunciador.

São duas ações do locutor que não podem ser confundidas, pois acontecem independentemente uma da outra. Pode acontecer de o locutor assumir um ponto de vista e não se assimilar ao enunciador do qual é a origem. É o caso de *Parece que João virá*, em que o locutor não se assimila ao enunciador que diz “O João virá”, mas assume seu ponto de vista (o locutor impõe o ponto de vista desse enunciador, que é indeterminado). Também pode acontecer de o locutor assimilar-se a um enunciador sem assumir seu ponto de vista, como se o locutor colocasse sua opinião e ao mesmo tempo desse a ela um caráter incerto. Ducrot identifica esse caso na auto-ironia, como em: *Essa é a minha opinião, mas ninguém é obrigado a compartilhar dela*.

Da exposição acima decorre que entre o assumir um ponto de vista e o assimilar-se a um enunciador não há relação de implicatura (como se uma levasse necessariamente à outra), mas se deve à própria natureza do ponto de vista. No enunciado *Segundo os bons*

estudantes, o exame era fácil, além de o locutor impor a facilidade do exame, ele a expõe de um modo relativo, pois é uma facilidade para os bons alunos. Vê-se, então, a importância das duas ações do locutor frente aos enunciadores para o sentido do enunciado.

Como se pode notar, a noção de relação para a TBS é fundamental para a construção do sentido: um segmento só terá sentido quando articulado a outro; o sentido do enunciado depende da relação estabelecida pelo seu locutor com os enunciadores ali implícitos, assimilando-os, ou não, a determinados personagens e tomando atitudes frente aos pontos de vista.

A polifonia, sob a perspectiva da TBS, é usada para descrever a pressuposição e a negação. A descrição do significado das expressões é unicamente lingüística, atitude em conformidade com os fundamentos saussureanos, para quem o significado é parte do signo e não se constitui de imagens, nem de idéias, nem de coisas, nem de qualquer outro elemento que não seja lingüístico. O significado é visto, pela TBS, da mesma forma que Saussure o via: é o valor do signo, ou seja, o valor que esse signo assume ao ser posto em relação a outros signos da língua.

Para a TBS, o signo é a frase que, realizada num enunciado, expressa uma relação entre suas expressões sob a forma de encadeamentos argumentativos ou argumentações. Um encadeamento argumentativo é uma seqüência de dois segmentos, um anterior ou suporte, outro posterior ou aporte, ligados por um conector. As argumentações podem ser normativas, como em *O dia está bonito, portanto vou sair*; ou transgressivas, como em *O dia está bonito, no entanto vou ficar em casa*.

O significado de uma expressão lingüística decorre das argumentações que essa expressão evoca pelo seu emprego. Como se vê, a natureza desses encadeamentos argumentativos é de grande importância para a descrição polifônica. Os enunciadores, “vozes” implícitas no enunciado, são origens dos pontos de vista a eles atribuídos. Como não são seres de fala, não realizam asserções, nem promessas, nem interrogações. Portanto, seus pontos de vista não constituem atos ilocutórios (somente realizados pela fala), nem conteúdos de atos ilocutórios. De fato, esses pontos de vista são encadeamentos argumentativos, colocados em cena pelo discurso.

A TBS mantém, para a descrição polifônica do enunciado, os conceitos de argumentação externa e interna, dois modos pelos quais os encadeamentos são atribuídos a uma expressão. As argumentações externas são encadeamentos nos quais a expressão está presente num dos segmentos. Podem dar-se à direita, se a expressão é suporte; ou à esquerda, se for aporte. Exemplifica-se com a expressão *João foi prudente*:

AE à direita: *João foi prudente, portanto não sofreu acidente.*

AE à esquerda: *João foi prevenido do perigo, portanto foi prudente.*

Os exemplos acima foram construídos com *portanto*, configurando argumentações normativas. Porém, essa mesma expressão pode evocar encadeamentos transgressivos. Assim, paralelamente às AEs acima, têm-se:

AE à direita: *João foi prudente, no entanto sofreu um acidente.*

AE à esquerda: *João não foi prevenido do perigo, no entanto foi prudente.*

Dessa constatação decorre que as argumentações externas vêm sempre aos pares, em que a norma e a transgressão evocam-se simultaneamente, pelo menos como possibilidade facultada pela língua.

As argumentações internas de uma expressão são encadeamentos que lhe constituem equivalentes semânticos, como paráfrases. As argumentações internas são agrupadas em conjuntos chamados *aspectos*. Como uma atitude recorrente ao longo deste trabalho, explica-se por meio de um exemplo. Dentre as argumentações internas possíveis de *prudente*, nas quais o suporte traz indicações de perigo e o aporte a indicação de precauções, citam-se:

(1) *Havia perigo, portanto João tomou precauções.*

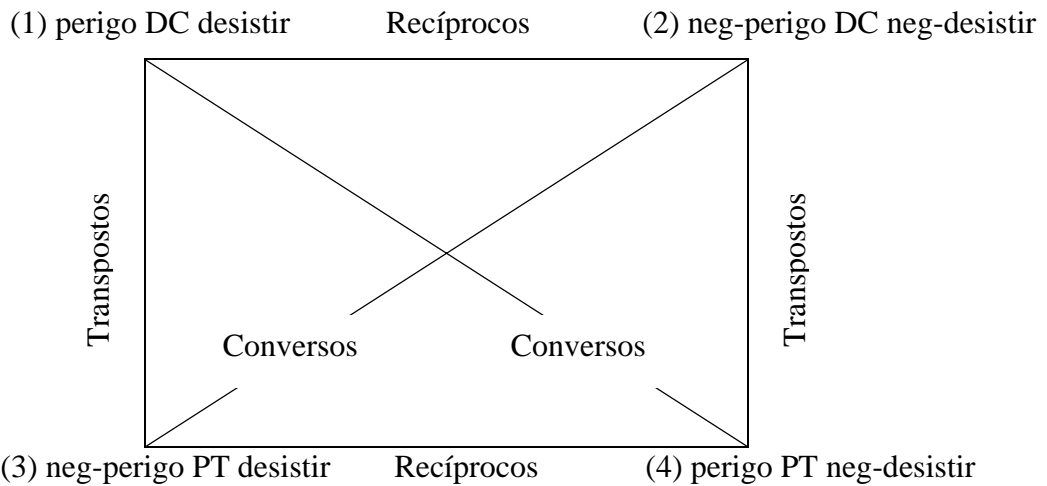
(2) *Havia perigo, portanto Maria tomou precauções.*

(3) *Se há perigo, Pedro toma precauções.*

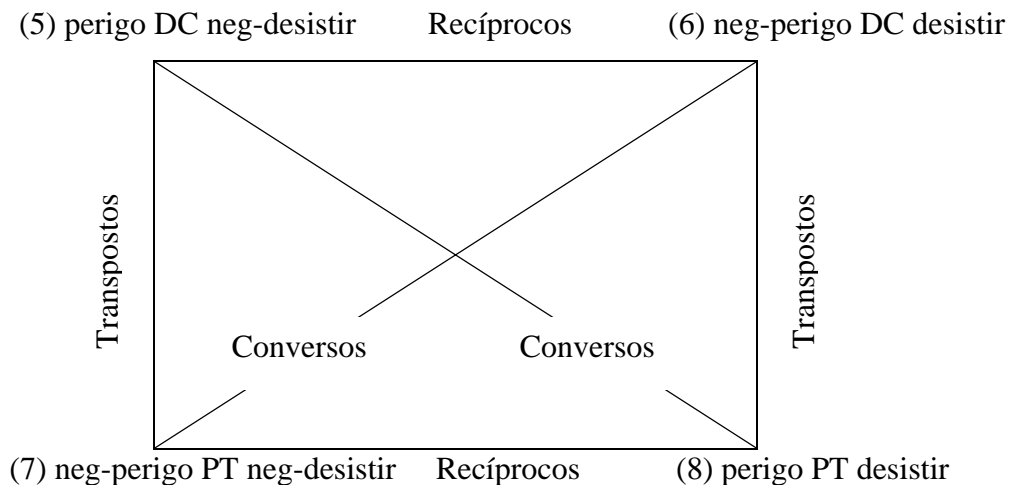
Essas AIs podem ser reagrupadas em um aspecto do tipo **perigo DC precauções**, uma argumentação normativa. Esse aspecto, que não constitui propriamente uma paráfrase (pois não traz de modo explícito nem o sujeito nem o tempo verbal, apesar de o aspecto representar argumentativamente o sentido do enunciado) é *expresso* pelo enunciado. Por outro lado, a argumentação interna de uma expressão *evoca* encadeamentos, que dela são paráfrases. Por exemplo, *A situação não era sem perigo, então João tomou diversas precauções.*

A classificação dos aspectos oportuniza a regra que explica a transformação de um ponto de vista de um enunciador positivo em seu contrário. Essa classificação é a retomada do quadrado argumentativo (ver seção 2.3.2).

Se o suporte *perigo* for encadeado ao aporte *desistir*, o resultado será o bloco semântico BS1 *perigo que provoca desistência* ou *desistência decorrente de perigo*. Têm-se, então, os quatro aspectos do bloco, conforme:



Por outro lado, um novo bloco pode ser formado com os mesmos segmentos de BS1, mas em outra relação. Em BS2, o perigo aponta para a não-desistência:



Logo, BS1 e BS2 acima são blocos contrários. No primeiro, o perigo de uma situação conduz à desistência, ao passo que no segundo o perigo estimula a ação. Por esse exemplo vê-se a importância da relação entre segmentos para a construção do sentido. Basta a

alteração de conectores e/ou o acréscimo da negação para se argumentar num sentido ou noutro.

É pela ferramenta do quadrado argumentativo que a TBS vai explicar a argumentação interna de um enunciado negativo, como *João não foi prudente*. Pelo conceito da polifonia, os enunciados negativos fazem alusão aos seus correspondentes positivos. Então, ao se levantar os enunciadores de *João não foi prudente* têm-se:

E1: *João foi prudente*

E2: *João não foi prudente*

O locutor se opõe ao enunciador positivo e assume o negativo. Como na AI de *João foi prudente* há o aspecto **perigo DC desistir**, recusado pelo locutor, o que é assumido é o seu aspecto converso transgressivo, ou seja, **perigo PT neg-desistir**. Portanto, a argumentação interna de um enunciado negativo se dá pelo aspecto converso ao seu correspondente afirmativo. Ambos os aspectos em relação de conversão pertencem ao mesmo bloco, isto é, traduzem o mesmo sentido. Pode ser estranha a afirmação de que **perigo DC desistir** e **perigo PT neg-desistir** têm o mesmo sentido, já que um é normativo e o outro transgressivo, mas é justamente a relação norma/transgressão que garante um sentido único do bloco: trata-se sempre de um perigo que conduz à desistência. A distinção está no aspecto afirmado pelo locutor: a norma ou a transgressão dessa norma.

A polifonia pela TBS traz conseqüências para a descrição da pressuposição, que era considerado um fenômeno lingüístico polifônico em todas as situações em que se apresentava. Ducrot coloca três tipos de pressuposição: as descrições definidas, as estruturas proposicionais factitivas e as estruturas que indicam continuação ou cessação de um estado. No entanto, vai manter a pressuposição somente no primeiro caso, as descrições definidas, e negar nos outros dois. A justificativa é que a divisão dos enunciados em dois elementos, posto e pressuposto, nem sempre se confere. Seguem-se exemplos dos tipos de pressuposição e as explicações apresentadas por Ducrot, iniciando pelos dois casos em que o fenômeno é negado.

As estruturas factitivas têm como exemplo *João sabe que p*, para o qual era atribuído um conteúdo pressuposto *é verdade que p* e um posto *João acredita que p*. No entanto, somente se pode afirmar que alguém *sabe p* se isso está apoiado na própria verdade de *p*. Se alguém diz que sabe *p*, mas apoiado em razões falsas, não pode afirmar que o sabe. Portanto, não pode haver separação entre *é verdade que p* e *João acredita que p*, pois o sentido do enunciado decorre da interdependência dos conteúdos pressuposto e posto. A TBS

descreve esse sentido pelo aspecto **p é verdadeiro DC X pensa que p**, dois segmentos ligados por um conector formando um sentido. A partir dessa reflexão, Ducrot rejeita a pressuposição apoiada na polifonia para esse tipo de estrutura lingüística. Não há como separar pressuposto e posto em enunciadores independentes, frente aos quais o locutor concordaria com um e assumiria outro. O sentido vem justamente da articulação entre os segmentos tomados anteriormente por pressuposto e posto.

O próximo caso para o qual é negada a pressuposição se dá em relação aos verbos que indicam sucessões de estados, como *continuar*. Ducrot exemplifica com *João continua a fumar*, que apresentava o pressuposto *João fumava* e o posto *João fuma*. Segundo o lingüista, o sentido do enunciado decorre de um estado presente que é a continuação de sua realidade passada. Isso significa que, como em *João sabe que p*, são os dois segmentos conjuntamente que traduzem o sentido, e não de modo separado. A TBS descreve o enunciado *João continua a fumar* por meio do aspecto **ter fumado DC fumar**. Assim, não há pressuposição para esse tipo de enunciado, pois os conteúdos pressuposto e posto formam um só encadeamento.

Por último, as descrições definidas, para as quais Ducrot mantém a pressuposição. Partindo-se do enunciado *A mulher de Pedro sofreu um acidente*, não há razão para articular o pressuposto *Pedro tem uma mulher* e o posto *ela sofreu um acidente* num único encadeamento. O resultado, **Pedro tem uma mulher DC ela sofreu um acidente**, certamente não traduziria o sentido do enunciado. Então, para esse caso, A TBS mantém a polifonia na descrição da pressuposição.

A TBS e a descrição polifônica trouxeram contribuições importantes para o tratamento da negação. O mérito é dado por considerar, no enunciado negativo, uma alusão feita a um enunciador do enunciado positivo correspondente. Essa perspectiva opõe-se a outras concepções que vêem o enunciado negativo isoladamente do seu contrário.

Ducrot justifica essa alusão por meio da análise das anáforas feitas após um enunciado negativo. Vê-se nos exemplos:

- (1) *João não foi prudente, no entanto ele tinha me prometido isso.*
- (2) *João não foi prudente, e eu o censurei por isso.*

Em (1), o anafórico *isso* remete a *ser prudente*, isto é, a um enunciador positivo que defende o ponto de vista *João foi prudente*. Já em (2), a anáfora faz referência a *não ter sido prudente*, que é o ponto de vista do enunciador negativo. Logo, pode ser afirmado que em *João não foi prudente* há alusão ao seu correspondente positivo.

Ducrot explica que na frase, tomada como estrutura abstrata e de caráter instrucional, estão as indicações que permitem a construção do sentido polifônico do enunciado. A frase em si não pode ser polifônica, visto não admitir um locutor. A conclusão é de que a polifonia só acontece nas enunciações.

Assim, o lingüista propõe a descrição do enunciado negativo (p') *João não foi prudente* com base na concepção argumentativa da TBS e da polifonia. Para tanto, inicia com a descrição da frase positiva (P), estrutura abstrata que resulta no enunciado (p) *João foi prudente*.

Ducrot propõe que na significação de (P) sejam levantados os aspectos correspondentes às argumentações externas (à direita e à esquerda) e internas, bem como os encadeamentos que os particularizam. Na AE à direita serão colocados dois aspectos conversos e seus encadeamentos:

(AE_d1) prudência DC segurança / *João foi prudente, portanto saiu em segurança.*

(AE_d2) prudência PT neg-segurança / *João foi prudente, no entanto não saiu em segurança.*

Do mesmo modo será tratada a AE à esquerda, mas com aspectos transpostos:

(AE_e1) ser prevenido DC ser prudente / *João tinha sido prevenido, portanto foi prudente.*

(AE_e2) neg-ser prevenido PT ser prudente / *João não tinha sido prevenido, no entanto foi prudente.*

A AI não se dá em pares, embora uma expressão possa admitir mais de uma argumentação. No caso de (P), propõe-se:

(AI) perigo DC precaução

O passo seguinte é a determinação dos enunciadores no enunciado (p), que são três:

E1: expressa um dos aspectos conversos da AE à direita de (P) e evoca o encadeamento correspondente.

E2: expressa um dos aspectos transpostos da AE à esquerda de (P) e evoca o encadeamento correspondente.

E3: expressa o aspecto da AI e evoca o encadeamento que representa esse aspecto.

A fim de garantir mais clareza no prosseguimento desta exposição, serão escolhidos, na descrição de (p), os seguintes enunciadores:

E1: **prudência DC segurança** / *João foi prudente, portanto saiu em segurança.*

E2: **ser prevenido DC ser prudente** / *João tinha sido prevenido, portanto foi prudente.*

E3: **perigo DC precaução** / *houve perigo, portanto tomou-se precaução.*

Após a descrição do enunciado afirmativo (p), passa-se a descrever o seu correspondente negativo (p') *João não foi prudente*. Conforme já mencionado, o enunciado negativo faz alusão aos enunciadores do enunciado afirmativo. Então, em (p') são mantidos os enunciadores E1, E2 e E3 de (p). Além deles, são acrescentados outros três:

E1': expressa o aspecto recíproco de E1, bem como evoca o encadeamento correspondente. No exemplo, E1' é responsável pelo ponto de vista **neg-prudência DC neg-segurança**, representado pelo encadeamento *João não foi prudente, portanto não saiu em segurança*.

E2': expressa o aspecto recíproco de E2 e evoca o encadeamento correspondente. E2' é responsável por **neg-ser prevenido DC neg-ser prudente**, cujo encadeamento é *João não tinha sido prevenido, portanto não foi prudente*.

E3': expressa o aspecto converso de E3 e o encadeamento que lhe corresponde. E3' responde por **perigo PT neg-precaução** / *houve perigo, no entanto não se tomou precaução*.

Resta a descrição das atitudes do locutor frente aos enunciadores de (p'). De um modo geral, o locutor recusa os pontos de vista de E1, E2 e de E3 e assume os enunciadores negativos E1', E2' e E3', ou ao menos concorda com eles. Reitera-se, de um modo geral, por

que somente a análise de um discurso real pode dar subsídios para se identificar de maneira segura as atitudes do locutor.

Segundo os autores da TBS, os estudos sobre a polifonia ainda não estão completos. Inclusive, indicam que novas pesquisas devem ser feitas com a utilização de discursos reais, que evidenciam a linguagem em uso. Todo o trabalho de descrever a significação da língua, por meio de encadeamentos argumentativos, necessita do discurso para ser validado. É por meio dele que se chega à significação das entidades lingüísticas, e, conseqüentemente, ao sentido.

2.4 CONCEITO DE LEITURA FUNDAMENTADO PELA TEORIA DOS BLOCOS SEMÂNTICOS

Nesta seção será construído um conceito de leitura embasado na Teoria dos Blocos Semânticos². Para tanto, serão pesquisados nos fundamentos teóricos da própria TBS aqueles elementos que permitirão essa tarefa.

O primeiro passo deve ser o reconhecimento dos fundamentos que sustentam a TBS e sua conseqüente influência na definição de leitura. Inicia-se pelo objeto de investigação da TBS, o enunciado. Retomando-se conceitos, o enunciado é o produto da enunciação, ou seja, é a entidade lingüística observável produzida por um locutor para um interlocutor. Em um nível complexo, o enunciado corresponde ao discurso, que é uma sucessão de enunciados ligados entre si. A TBS, então, elege o produto da enunciação como campo de estudo. Não se ocupa dos seres reais envolvidos no processo enunciativo, nem das operações de processamento na mente desses seres. Conseqüentemente, o conceito de leitura pela TBS deve ser restrito ao produto da enunciação, e não ao processo. Daí decorre que a leitura será conceituada tendo como ponto de partida o discurso, nos termos da TBS.

Ressalta-se que, embora os sujeitos reais não sejam considerados pela TBS, não significa que o discurso seja tomado de modo isolado, como se surgisse espontaneamente. O discurso tem uma origem e um destino nas figuras do locutor e do interlocutor, mas esses seres são abstratos e de caráter discursivo, isto é, existem enquanto seres da enunciação.

² Conceituar leitura pela TBS é, de fato, fazê-lo à luz da TAL, já que os fundamentos teóricos são os mesmos.

Logo, como a investigação da TBS é produto da enunciação, nele estão envolvidos, além do discurso em si, o locutor e o interlocutor.

Também é importante considerar que o discurso escrito é o produto de uma enunciação, originado em um locutor/escritor e direcionado a um interlocutor/leitor. Qual é o papel dessas extremidades relativamente à leitura do modo como se propõe?

Analisa-se primeiramente a figura do locutor/escritor. Ele é o responsável pelo discurso escrito. Não deve ser confundido com o sujeito real, portador de identidade, mas um ser discursivo, abstrato. De acordo com a TAL, o locutor se posiciona argumentativamente ao produzir o discurso e nele se marca, isto é, revela sua subjetividade. Quer dizer que ele expressa um ponto de vista sobre determinado tema e de modo subjetivo. A razão disso é que a língua não é representativa do mundo, visão em conformidade com a teoria saussureana (o significado de uma expressão não é um objeto, nem uma idéia, nem uma representação mental, mas é de ordem essencialmente lingüística). A língua pode, sem dúvida, referir o objeto na realidade, mas o faz de uma maneira indireta: a função primeira da língua é argumentar; a descrição e a referência ao mundo são secundárias à argumentação. Portanto, mesmo que o locutor descreva uma cena, ele a descreve sob um olhar, e nesse modo de ver está a sua subjetividade, a sua argumentação.

Na situação enunciativa, o locutor coloca em cena os enunciadores, que são seres abstratos responsáveis pelos pontos de vista implícitos no discurso. Além disso, o locutor assimila os enunciadores a seres determinados ou indeterminados e toma uma posição frente a seus pontos de vista: assume-os, opõe-se a eles ou concorda com eles. É da relação do locutor com os enunciadores que vem a noção de polifonia.

Ora, o discurso escrito é também polifônico. Nem tudo está explícito no discurso. O implícito, muitas vezes, tem tanta importância quanto o que está revelado (comprova-se pelas conclusões implícitas e portadoras de sentido em estruturas do tipo *O dia está bonito, mas minhas pernas estão doendo*, cuja conclusão é rejeitar o convite a uma caminhada, por exemplo). Assim, no discurso escrito há certos pontos de vista frente aos quais o escritor vai tomar atitudes. Evidenciar essas atitudes do locutor em relação aos enunciadores é um procedimento da leitura pela TBS.

O papel do locutor/escritor, então, está bem definido: ele produz o discurso para o interlocutor/leitor e se posiciona diante de um tema. Para isso vai usar as estruturas da língua e a argumentação que é inerente a ela a fim de estabelecer diálogo. Passa-se, então, à análise da outra extremidade da enunciação.

O lugar ocupado pelo leitor na situação enunciativa é de fundamental importância para a leitura sob a perspectiva da TBS. Esse lugar é fixo: é o do interlocutor. Nessa posição, o interlocutor busca resgatar o sentido produzido pelo locutor por meio do discurso. Porém sua tarefa não se resume a isso. Também busca explicações sobre o modo como o sentido foi produzido. Portanto, não é simplesmente um destinatário do discurso, conforme pode parecer à primeira vista. Assim, a partir deste ponto do trabalho, o interlocutor será denominado *leitor*, ao qual devem ser atribuídas a natureza e as funções do interlocutor anteriormente definidas.

Desse modo, o leitor, pela visão da TBS, não é um leitor ingênuo. Seu olhar é o de um pesquisador que vê o discurso sob uma concepção, isto é, tem um olhar teórico subjacente à leitura. Essa bagagem teórica vem da proposta da TAL de estabelecer o sentido vinculado à argumentação inerente ao discurso. Isso significa que o leitor recorrerá ao discurso, ou melhor, à argumentação ali presente, para resgatar o sentido. Para tanto, ele tem consciência de que o escritor, ao produzir o discurso, vai expressar um ponto de vista a respeito de determinado tema, isto é, segundo Ducrot, vai argumentar. E o sentido do discurso produzido está justamente no resgate dessa argumentação. Além disso, o leitor também é um pesquisador na medida em que busca explicar lingüisticamente o sentido produzido pelo escritor. O leitor pela TBS não busca exclusivamente o conteúdo do discurso, mas vai além: realiza uma leitura metalingüística. Dessa maneira, o leitor resgata o que o escritor disse ao produzir o discurso, inclusive o que está implícito, e assim consegue explicar o sentido.

O modo de a TAL conceber o sentido a partir do lingüístico pode provocar algumas objeções vindas de outras perspectivas teóricas. Por extensão, o conceito de leitura aqui proposto também poderá ser questionado. Com o intento de adiantar algumas dessas objeções, levantam-se três tópicos concernentes à leitura nas áreas da análise do discurso de linha francesa (AD), da psicolingüística e da pragmática, respectivamente: a determinação ideológica do sentido, a importância do conhecimento de mundo para a leitura e as condições de verdade e a atribuição de sentido.

O que há em comum nessas três abordagens é a perspectiva de que o sentido vem de fora para dentro do discurso. Para a AD o sujeito e o sentido são construídos historicamente e ideologicamente, isto é, o sentido já vem pronto do exterior. A psicolingüística trabalha com a interação entre conhecimento prévio e informação da realidade para a construção do sentido, mas pouco se ocupa do lingüístico. A pragmática vê a língua como referencial do mundo, estabelecendo o que é verdade ou não pelas relações entre a língua e o mundo extralingüístico. Como se percebe, os conceitos de atribuição de sentido ao discurso, por essas

perspectivas, têm muito da influência do mundo real e carecem de estudos mais aprofundados sobre a linguagem em si, principalmente sobre a importância da língua para a construção do sentido.

Não se quer com isso desvalorizar as contribuições da AD, da psicolinguística e da pragmática para as pesquisas sobre o sentido, muito menos desconsiderar os fundamentos dessas áreas, pois não há como contestar a pertinência desses estudos para as investigações semânticas. Porém, sabe-se que cada área da lingüística faz um recorte teórico para definir o objeto de estudo. O problema é que se trata da linguagem, objeto altamente complexo para ser analisado como um todo. O resultado é que cada teoria vai conceber a linguagem do seu ponto de vista, e assim encaminhar suas pesquisas. Ora, Ducrot “recortou” o objeto de estudo e fixou-o no discurso, ou seja, no que há de essencialmente lingüístico (ressalta-se que é um lingüístico vinculado à enunciação, ou seja, é autenticamente produzido; não se trata do lingüístico relativo exclusivamente ao sistema).

O grande diferencial da TAL/TBS relativamente às outras teorias é a concepção do sentido construído na língua. No entanto, Ducrot admite que nem sempre o discurso é auto-suficiente. Há casos em que se faz necessário recorrer ao contexto extralingüístico. Ducrot (2005) exemplifica essa situação por meio dos enunciados *Há um carro na rua* e *O carro está na rua*. O uso do artigo definido está atrelado ao conceito de referência. Ao se dizer *o carro está na rua*, as expressões *o carro* e *a rua* terão seus sentidos definidos somente quando se conhecer o tema da conversação, ou seja, faz-se necessário buscar no mundo real a referência a esses objetos, ou o sentido poderá ser deturpado. Vê-se, então, que uma parcela do sentido extrapola a descrição das estruturas lingüísticas, e está vinculada ao contexto.

Contudo, a estrutura lingüística não deve ser semanticamente ignorada. Para Ducrot, “é ela que indica o que se deve procurar no contexto, e como procurar, quando se quer interpretar um enunciado” (DUCROT, 2005, p.11). Explica-se. A presença do artigo indefinido em *Há um carro na rua* dá instruções sobre o que procurar no mundo extralingüístico, distintamente do que instrui o artigo definido em *O carro está na rua*. Nesse, o definido conduz à busca de um único objeto dentro de um conjunto (um carro, especificamente, dentre outros); naquele, o indefinido indica que no conjunto há pelo menos dois elementos. Ao encerrar esse raciocínio, Ducrot afirma:

Certamente [nesse caso], o sentido só se constrói por empréstimo do contexto, mas essa construção “pragmática” do sentido é dirigida pelo valor propriamente lingüístico das palavras que se devem interpretar (DUCROT, 2005, p.11).

Ducrot defende que o contexto é criado pelo discurso. As palavras empregadas dão instruções para que se busque no mundo extralingüístico o necessário para o estabelecimento do sentido. É desse modo que Ducrot refuta a existência de um sentido literal, cristalizado, que viria diretamente do sistema para o uso. Antes da fala, não há limites nem estrutura. É a fala que traz esses limites que permitem a construção do sentido.

Em alguns casos, além de o discurso não ser auto-suficiente para a produção do sentido, como se viu acima, nem sempre ele é apresentado de modo completo. O discurso pode apresentar lacunas que deverão ser preenchidas pelo interlocutor, mas a busca é instruída pelo lingüístico. Desse modo, não se pode afirmar que a TAL desconsidera a importância do conhecimento de mundo para o sentido (é uma das objeções da psicolingüística). Somente afirma que esse conhecimento é ativado pelo discurso, e não é preexistente a ele. Então, a busca por informações necessárias para o sentido é, de certa forma, restringida pela TAL. O caráter instrucional da frase, que se realiza no enunciado, limita a busca a um certo leque de opções. Não autoriza qualquer uma. O leitor pela TBS deve manter-se na posição de interlocutor e acessar o sentido que é permitido pelo discurso, sem acréscimo de outros sentidos não autorizados. Caso contrário, estará no outro extremo da enunciação: será um novo locutor ao produzir um outro discurso, que pode ter sido construído a partir do anterior, mas já constitui uma nova enunciação. Desse modo, ele extrapolou a leitura pela perspectiva da TBS.

Tomando-se como base o pensamento acima, chega-se à concepção de que a leitura de um discurso é a apreensão do sentido ali presente, que, embora não seja única, não pode ser qualquer uma. Em primeiro lugar, a unicidade do sentido discursivo está descartada porque a linguagem não representa o mundo, portanto não há “sentido literal”; segundo, porque o texto (definido por Ducrot como entidade complexa abstrata) fornece instruções para a determinação do sentido, o qual irá se completar no processo enunciativo, ou seja, no uso da linguagem.

De posse do que foi tratado até aqui, nota-se que a TAL/TBS oferece um aparato teórico suficiente para conceituar leitura sob a perspectiva do discurso, diferentemente das outras áreas da lingüística acima comentadas, que priorizam elementos externos ao discurso.

Mais adiante, neste trabalho (seção 3.2), serão analisados quatro discursos sob a perspectiva da TBS. Os sentidos desses discursos serão descritos e explicados tendo o lingüístico como ponto de partida, aplicando-se o conceito de leitura aqui formulado. Como se trata de fábulas, seguem, em linhas gerais, as principais características do gênero.

2.5 FÁBULA

Esta seção vai fazer um breve histórico do gênero fábula e trazer a visão de dois autores sobre o caráter didático das lições de moral.

A fábula (do latim *fabula, ae*, conversa, boato) é uma narrativa curta que vem do conto popular. Tem por finalidade divulgar uma instrução de caráter moralizante, impessoal, sem localizar precisamente um fato ou um personagem. Para isso são utilizados animais como protagonistas de situações nitidamente humanas, em que revelam virtudes e defeitos próprios dos seres humanos. Como resultado da narrativa, vem a lição de moral.

Os personagens são símbolos, isto é, são representativos de algo num contexto mais amplo. Por exemplo, o leão é o símbolo da força e do poder, e a raposa é o símbolo da astúcia. Esse simbolismo animal, segundo Coelho (1991), está relacionado com o totemismo e a zoolatria dos tempos mais remotos da civilização, reflexo da sua visão de mundo na época.

Pode-se dividir a fábula em três grandes momentos: sua origem no oriente e com Esopo, constituindo uma primeira fase; com Fedro, um segundo período; e com La Fontaine, um terceiro.

Originalmente, os povos orientais utilizavam-se de narrativas moralizantes para difundir princípios religiosos, principalmente do budismo. Embora os personagens não fossem animais, os preceitos eram uma constante, o que caracterizava o gênero. Inclusive, a moralidade era muito mais valorizada do que a narrativa em si. Essa importância chegou à Idade Média, quando os copistas, transcrevendo fábulas, copiavam a moral com tinta vermelha, salientando-a das narrativas, escritas em preto.

Esopo inclui-se na fase inicial por ter sido a primeira grande expressão do gênero no ocidente. Nasceu na Grécia no século VI a.C. Vendido como escravo várias vezes, foi libertado pelo seu senhor, o filósofo Xanto, por ter mostrado uma capacidade memorável de persuadir os outros valendo-se, na maior parte das vezes, de histórias com animais agindo e comportando-se como homens.

No entanto, o gênero veio a ser fixado na literatura com Fedro, em Roma, no século I d.C.. Assim como Esopo, *Titus Iulius Phaedrus* também tinha sido escravo. Muito jovem, foi levado a Roma para servir a Augusto, que o libertou e lhe deu educação para que progredisse nas letras, um talento que já demonstrava. Ele não só introduziu na literatura latina as fábulas de Esopo, como também enriqueceu-as ao escrevê-las em versos e ao adaptá-

las à sua época. Isso lhe causou problemas após a morte de Augusto, seu protetor, quando o ministro Sejano sentiu-se agredido com uma das fábulas e mandou Fedro para prisão. Lá ficou até a morte, por volta de 44 da era cristã.

O terceiro momento da fábula tem como representante o francês Jean de La Fontaine, nascido em 1621. Iniciou sua prática com a escrita de odes, com as quais obteve sucesso na corte francesa. Em seguida, dedicou-se a contos e posteriormente a fábulas, ambos em versos. Tido como displicente, La Fontaine era, na verdade, um observador dos costumes da época, que transportou para os animais os vícios dos homens. Grande número de suas fábulas eram críticas à corte da França. No prefácio de sua coletânea de fábulas, escreveu que essas deveriam ter tido origem divina, tamanho seu valor para a conquista do Bem. Igualmente, ressaltou a moralidade advinda das histórias, que fariam os homens melhores:

E como, pela definição do ponto, da linha, da superfície, e de outros princípios familiares, alcançamos a conhecimentos que medem afinal o céu e a terra, também, pelos raciocínios e pelas conseqüências que destas fábulas se podem tirar, formamos o juízo e os costumes, tornamo-nos capazes de grandes coisas. (LA FONTAINE, 1989, v.1, p.20)

Vê-se, assim, que o caráter didático das fábulas foi de grande importância para o estabelecimento desse gênero, direcionado, sobretudo, ao público infante-juvenil. Inclusive, pesquisadores de áreas diversas dedicaram-se ao estudo da moral na fábula e de sua apreensão pelas crianças. A seguir, apresenta-se a visão de dois autores sobre o assunto.

Jesualdo, em *A literatura infantil* (1978, p. 145), afirma que o uso das fábulas como instrumento de transmissão de conhecimento é muito discutido. Traz como exemplificação uma análise feita por Rousseau sobre a fábula *El Cuervo y el Zorro* de Samaniego. Rousseau identifica problemas quanto aos ensinamentos ali contidos. Cita falsidades científicas, como corvos e raposas que se alimentam de queijo, e animais falantes de uma mesma língua. Identifica, na linguagem empregada, marcas injustificáveis de inferioridade da raposa em relação ao corvo, já que essa o chamou de *meu amo* e de *senhor*. Enfim, Jesualdo, citando Rousseau, expõe:

Um dos problemas fundamentais que se apresentam à sua aceitação [da fábula] como lição para as crianças: a estrutura de concepção, a veracidade dos caracteres, o léxico em que é realizada e o grande problema moral da fábula (JESUALDO, 1978, p. 149).

Mais adiante, o autor põe em dúvida o ensinamento da fábula *A cigarra e a formiga*, na qual a cigarra sofre no inverno por ter negligenciado o trabalho e se divertido ao

longo do verão, enquanto as formigas acumulavam provimentos. Ao se propor como moral o exemplo da formiga, ou seja, o do trabalho, não foi levado em consideração que esse inseto arruinava plantações e abastecia-se por meio de apropriação indevida. Além disso, o autor levanta a questão da identificação das crianças com os personagens das narrativas. Não causaria espanto se o público infantil se associasse à cigarra devido à diversão ser algo fundamental para ambos. Com isso, questiona de que valeria a fábula se o leitor tomasse uma lição equivocada. O autor, portanto, recomenda cautela ao oferecer-se fábulas às crianças, pois não deveriam causar confusões interpretativas no que se refere ao ensinamento moral.

Outro interessado pela apreensão da moralidade das fábulas pelas crianças foi Bruno Bettelheim. Na sua obra *A psicanálise dos contos de fadas* (1980) o psicólogo analisou os ensinamentos que se depreendiam do conto *Os três porquinhos* em comparação com *A cigarra e a formiga*. De modo semelhante, ambas as narrativas ressaltam o valor do trabalho em detrimento do prazer, a recompensa pelo esforço e o castigo pela preguiça. A diferença estaria no próprio gênero: a fábula explicita a moral; o conto de fadas “em contraste, deixa todas as decisões a nosso encargo, incluindo a opção de querermos ou não chegar a decisões” (BETTELHEIM, 1980, p.54).

O psicólogo também explica que as crianças têm uma identificação maior com a cigarra pela inclinação ao prazer e despreocupação quanto ao futuro. O problema estaria na finalização da narrativa: ao se identificar com a cigarra não sobraria esperança para a criança (a cigarra é dispensada pela formiga). Contrariamente se dá com *Os três porquinhos*. Segundo o autor, é natural as crianças despertarem simpatia pelos dois porquinhos mais jovens que construíram suas casas rapidamente, com materiais simples, para poderem se divertir. Quando foram perseguidos pelo lobo e se socorreram na casa de alvenaria do irmão mais velho, representante do mundo adulto, ficaria a lição do trabalho e a do cuidado com relação ao futuro conduzidas de uma forma mais amena do que em *A cigarra e a formiga*.

A partir dessas duas abordagens, nota-se a complexa influência que as fábulas e os contos de fadas podem ter na formação das crianças. Apesar de não ser esse o foco da dissertação, o trabalho vai contribuir para a apreensão do sentido das fábulas ao propor uma leitura decorrente de seus elementos lingüísticos, o que será feito a partir da aplicação da Teoria dos Blocos Semânticos.

3 METODOLOGIA E ANÁLISE

3.1 METODOLOGIA

Para que os objetivos deste trabalho sejam alcançados (definir um conceito de leitura pela TBS e explicar como o sentido é construído no discurso), propõe-se analisar discursos à luz da TBS.

As fábulas foram escolhidas porque permitiam que discursos com lições de moral semelhantes e reescrituras de uma mesma fábula fossem comparados. Por meio da comparação entre as fábulas, verificou-se que cada fabulista, ao produzir os discursos, deixou marcas de sua subjetividade, ou seja, assumiu pontos de vista (argumentou, conforme Ducrot). Tendo em mente que em cada discurso há uma argumentação, pensou-se em selecionar fábulas que fossem bastante próximas estruturalmente e com relação ao sentido, e assim verificar no que se assemelhavam e no que se distinguiam lingüisticamente, isto é, como o sentido foi construído em cada uma delas. Para isso, a leitura desses discursos tem a TBS com base.

Quatro fábulas foram selecionadas: *O gato e o galo* e *O lobo e o cordeiro*, de Esopo, *A cigarra e a formiga*, de La Fontaine e essa mesma fábula contada por Luis Fernando Verissimo (a fábula é uma parte da crônica *Emília, Emília, Emília*).

As fábulas *O gato e o galo* e *O lobo e o cordeiro* têm em comum uma situação em que o mal prepondera sobre o bem. As lições de moral são praticamente as mesmas, tanto que uma leitura ingênua, desavisada poderia considerar essas fábulas como discursos de sentidos idênticos. No entanto, a leitura dos discursos pela TBS vai mostrar que se trata de argumentações distintas (as análises estão na seção 3.2.1).

À primeira vista, a fábula contada por Verissimo em *Emília, Emília, Emília* é só uma reescritura de *A cigarra e a formiga*. Contudo, quando os locutores/escritores as produziram, marcaram-se no discurso por meio de sua subjetividade, de seus pontos de vista sobre o mundo. Enfim, apresentam argumentações diferentes. A leitura pela TBS vai explicar as argumentações nesses discursos e o sentido de cada fábula (ver seção 3.2.2).

As fábulas foram agrupadas por semelhança de sentido (*O gato e o galo* e *O lobo e o cordeiro*; *A cigarra e a formiga* de La Fontaine e a fábula contada por Verissimo). Serão

analisadas individualmente e depois comparadas na seção *Discussão dos resultados*. Será nessa seção que a leitura pela TBS irá esclarecer o sentido de cada uma das fábulas.

Os discursos serão segmentados em enunciados segundo os critérios de coesão e de independência relativa propostos por Ducrot (ver seção 2.2.2). A análise dos enunciados será feita mediante o seguinte roteiro, sob o enfoque da TBS:

- 1) Segmentar o discurso em enunciados;
- 2) Identificar importância dos articuladores nos enunciados;
- 3) Identificar importância da predicação para o sentido do enunciado;
- 4) Identificar enunciadores (polifonia pela TBS);
- 5) Identificar as atitudes do locutor frente aos enunciadores;
- 6) Identificar as assimilações dos enunciadores;
- 7) Levantar as argumentações internas ao léxico;
- 8) Levantar as argumentações internas aos enunciados;
- 9) Comparar os discursos por meio das análises realizadas.

A numeração dos itens não significa ordenação dos procedimentos. Além disso, a aplicação de absolutamente todos os itens acima relacionados não é obrigatória para o resgate do sentido; vai depender de cada enunciado. O levantamento dos encadeamentos argumentativos das fábulas permitirá a explicitação do sentido a partir do próprio discurso.

3.2 ANÁLISE DAS FÁBULAS

3.2.1 *O gato e o galo e O lobo e o cordeiro*

O gato e o galo – Esopo

Um gato que tinha apanhado um galo buscava um pretexto para comê-lo. Acusou-o, então, de importunar os homens, pois suas cantorias durante a noite não os deixavam dormir. O galo respondeu que assim fazia para lhes ser útil, porque os acordava para os trabalhos habituais. O gato acusou-o, então, de ultrajar a natureza, acasalando-se com a

mãe e as irmãs. O galo respondeu que só fazia isso no interesse dos donos, porque assim elas botavam ovos em quantidade. E o gato disse então: “Ora, talvez tu apresentes muitos e bons argumentos, mas eu não deixarei de comer-te”. E o devorou.

Moral: A fábula mostra que uma natureza má, resolvida a praticar o mal, mesmo que não encontre um bom pretexto, o faz abertamente.

Enunciado 1: Um gato que tinha apanhado um galo buscava um pretexto para comê-lo.

O enunciado 1 é formado pelo grupo sujeito (GS) *Um gato que tinha apanhado um galo* e pelo grupo verbal (GV) *buscava um pretexto para comê-lo*. A razão de o GS conter a forma verbal *tinha apanhado* é a participação da oração relativa *que tinha apanhado um galo* na construção do sentido junto a *gato*. Como a AI decorre unicamente do GV, tem-se aqui uma predicação centrada nesse grupo sintático. Nota-se que a troca do GS *Um gato que tinha apanhado um galo* por outros como *um tigre que tinha apanhado uma zebra* ou até mesmo *um gato que tinha apanhado um rato* em nada alteraria a AI do enunciado. A relativa dá a *gato* uma qualificação especial: não é um gato, simplesmente, mas um gato que tem um galo em seu poder.

O enunciado revela que não bastava ao gato apanhar a ave e devorá-la. Era preciso ainda um motivo, mesmo falso, para justificar a ação. Nesse caso, a palavra *pretexto* tem uma função importante. O locutor/fabulista, ao usá-la, já revela a intenção premeditada do gato. A AI de *pretexto*, assim, pode ser representada por **motivo PT neg-justificativa**. O gato encontraria um motivo para devorar o galo mesmo que não o justificasse. Trata-se de um encadeamento transgressivo porque, de fato, o que se vê é a transgressão de uma norma que apresenta o ponto de vista **motivo DC justificativa**, na verdade, representativo da AI de *razão*. Percebe-se, dessa maneira, que o gato assume a postura de transgressor de uma lei, aquela que afirma uma razão ser justificada desde que haja um motivo. Daí decorre a importância da palavra *pretexto* para a leitura dessa fábula. A partir da articulação de *motivo* e *justificativa*, segmentos pertencentes tanto à AI de *pretexto* como à AI de *razão*, vê-se que *pretexto* e *razão* pertencem ao mesmo bloco semântico. Recordando, a AI de *razão* é **motivo DC justificativa** (a norma), enquanto a AI de *pretexto* é **motivo PT neg-justificativa** (a transgressão), ou seja, são aspectos conversos do mesmo bloco. A partir daí, o encadeamento que constitui a AI do enunciado deve articular a morte do galo vinculada a um motivo formulado pelo gato, que resulta em **encontrar pretexto DC devorar a presa**. Essa

argumentação expõe o ponto de vista do gato ao dirigir-se ao galo: havendo uma razão, a morte da ave seria justificada. Nos enunciados seguintes, o felino argumentará nesse sentido.

Enunciado 2: Acusou-o, então, de importunar os homens, pois suas cantorias durante a noite não os deixavam dormir.

O enunciado 2 é constituído somente pelo GV. A oração *pois suas cantorias durante a noite não os deixavam dormir* não constitui um enunciado à parte porque ela explica o sentido de *importunar os homens*, ou seja, expressa a sua AI: **cantorias à noite DC neg-descanso dos homens**. É uma importunação vinda do prejuízo do sono devido ao canto do galo. Ambos os segmentos, interdependentes, formam o sentido de *importunar os homens*. A presença do articulador *então* vincula os enunciados 1 e 2. Em 1 o gato procura um pretexto e em 2 ele o expõe.

De fato, o gato apresenta a primeira argumentação para comer o galo. Ao acusar a ave de acordar os homens com seu canto, o gato defende o bloco semântico que reúne o canto do galo à noite e o aborrecimento causado aos homens, que pode ser expresso por **cantos do galo à noite DC aborrecimento dos homens**. Nota-se que o sentido da palavra *cantorias* nesse enunciado (sua AI) é **emissão de sons DC importunação**, assumido pelo gato. Como resultado, a argumentação apresentada pelo felino é **aborrecimento dos homens por cantorias do galo à noite DC pretexto do gato para devorar a presa**, o que expressa a AI do enunciado.

Enunciado 3: O galo respondeu que assim fazia para lhes ser útil, porque os acordava para os trabalhos habituais.

A resposta do galo evidencia outro posicionamento argumentativo. O galo passa a defender o aspecto converso do encadeamento assumido pelo gato, resultando em **cantos do galo à noite PT neg-aborrecimento dos homens**. É a partir desse encadeamento transgressivo que o galo vai defender outro bloco semântico representado por **cantos do galo à noite DC benefício dos homens**, pois daquele modo os despertava para iniciarem o dia. Agora, a palavra *cantorias* assume outro sentido, visto conduzir a outra norma. A expressão da AI de *cantorias* defendida pelo galo pode ser expressa por **emissão de sons DC favorecimento**, ambos os segmentos construindo juntos um novo sentido para o cantar do galo. Com isso, o encadeamento representativo do enunciado 3 é **benefício dos homens por cantorias do galo à noite DC neg-pretexto do gato para devorar a presa**.

Enunciado 4: O gato acusou-o, então, de ultrajar a natureza, acasalando-se com a mãe e as irmãs.

O enunciado 4 articula-se com o 3 por meio de outro *então*, distinto do articulador entre os enunciados 1 e 2. Lá a articulação dava-se entre a necessidade de o gato inventar um pretexto e a apresentação do primeiro motivo para matar o galo. Aqui, o *então* articula a contra-argumentação do galo no enunciado 3 e a nova tentativa do gato de buscar um novo motivo falso.

Para tanto, o felino se posiciona argumentativamente ao assumir o encadeamento **acasalamentos consangüíneos DC ultraje à natureza**. O encadeamento que resume a argumentação do gato e que representa a AI do enunciado é **ultraje à natureza por acasalamentos consangüíneos DC pretexto do gato para devorar a presa**.

Enunciado 5: O galo respondeu que só fazia isso no interesse dos donos, porque assim elas botavam ovos em quantidade.

No enunciado 5 o galo defende-se mais uma vez, utilizando estratégia semelhante àquela do enunciado 3. A ave argumenta por meio do aspecto converso do encadeamento defendido pelo gato, ou seja, propõe: **acasalamentos consangüíneos PT neg-ultraje à natureza**. Os acasalamentos consangüíneos deviam-se ao interesse dos donos, e não à sua vontade própria. Logo, não havia ofensas premeditadas à natureza: o galo era de algum modo compelido a agir daquela maneira. Esse posicionamento pode ser traduzido por **acasalamentos consangüíneos em favor dos homens DC neg-ultraje à natureza**. Com isso, o galo introduz o encadeamento representativo do enunciado 5: **acasalamentos consangüíneos por interesse dos donos DC neg-pretexto do gato para devorar a presa**. Dessa maneira, a ave contesta a razão que poderia levá-la à morte.

Enunciado 6: E o gato disse então: “Ora, talvez tu apresentes muitos e bons argumentos, (...)”.

Há outro *então* articulador no enunciado 6, distinto dos anteriores. A articulação se dá entre a segunda contra-argumentação do galo (no enunciado 5) e a tomada de decisão do gato de matá-lo (a decisão é introduzida no enunciado 6, mas será apresentada no enunciado 7, após o *mas*).

Nesse enunciado, então, o gato rende-se à estratégia argumentativa do galo. Reconhece-a ao predicar os argumentos como *muitos e bons*, o que resultaria em **apresentação de muitos e bons argumentos DC neg-pretexto do gato para devorar a**

presa. Porém, o gato deixa transparecer certa dúvida que desautoriza a convicção desse encadeamento, efeito alcançado pela presença de *talvez* e explicado pela polifonia presente no enunciado. O locutor (gato) coloca em cena um enunciador responsável por **apresentação de muitos e bons argumentos DC neg-pretexto do gato para devorar a presa**, assimilado ao galo (esse é o ponto de vista do galo para escapar da morte), e com o qual concorda. No entanto, o ponto de vista assumido pelo gato não é esse, visto a presença de *mas* no enunciado seguinte.

Enunciado 7: “(...) mas eu não deixarei de comer-te”. E o devorou.

O *mas* evidencia a articulação entre os enunciados 6 e 7, invertendo em 7 a orientação argumentativa de 6. A presença de negação evidencia a polifonia, que coloca os enunciadores:

E1: **apresentação de muitos e bons argumentos DC neg-pretexto do gato para devorar a presa** (assimilado ao galo);

E2: **apresentação de muitos e bons argumentos PT pretexto do gato para devorar a presa** (assimilado ao locutor/gato).

O ponto de vista do gato é **apresentação de muitos e bons argumentos PT pretexto do gato para devorar a presa**, ou seja, o felino assume a transgressão da norma.

Aqui ficam evidentes as argumentações do galo e do gato como aspectos conversos do bloco semântico resultante da interdependência entre *apresentação de argumentos* e *pretexto para o galo ser devorado*. O discurso do gato deixa transparecer a fraqueza de seus pretextos (no enunciado 6) e passa a assumir a transgressão.

Enunciado 8 (moral): A fábula mostra que uma natureza má, resolvida a praticar o mal, (...) o faz abertamente.

No enunciado 8 o locutor faz referência à “natureza má” como sendo uma generalização a partir da índole do gato. Esse animal cumpriu sua intenção: devorar o galo, mesmo sem encontrar um pretexto. É o que lhe dá a qualificação de “mau”. Atenta-se para o fato de que *resolvida a praticar o mal* constrói sentido junto a *uma natureza má*. É uma natureza má associada à vontade de fazer o mal explicitamente, isto é, sem subterfúgios. A partir daí, chega-se ao encadeamento que concretiza o bloco semântico do enunciado: **natureza má resolvida a praticar o mal DC prática explícita do mal**, assumido pelo locutor. O fazer o mal abertamente nada mais é do que a explicitação de outra norma, a do gato. Percebe-se que, no início da fábula, o gato assume o aspecto converso à norma

compartilhada com o galo ao afirmar **motivo PT neg-justificativa**, ou seja, a AI de *pretexto*. Como o gato não conseguiu um bom motivo (foram todos rebatidos), ele abriu mão da justificativa para devorar o galo e passa a assumir a norma de uma “natureza má”, que independe de razões para atingir um objetivo. Essa nova norma, oposta à anterior, vem do encadeamento **motivo DC neg-justificativa**. O gato, então, argumenta inicialmente sob o aspecto transgressivo do bloco realizado por **motivo PT neg-justificativa**, representativo de *pretexto*, e depois afirma o seu próprio bloco, o de uma natureza má, representado por **motivo DC neg-justificativa**. Contudo, o sentido da moral ainda não está completo. Resta o sentido da oração subordinada que vai constituir outra argumentação.

Enunciado 9 (moral - continuação): (...) mesmo que não encontre um bom pretexto (...).

O enunciado 9 articula existência de *pretexto* e prática explícita do mal, numa nova referência ao galo. Rebatido argumentativamente pelo galo, o felino desconsidera as contestações e devora a ave.

A presença de negação no enunciado é uma evidência de polifonia, a partir da qual se têm os enunciadores:

E1: **existência de pretexto DC prática explícita do mal;**

E2: **neg-existência de pretexto PT prática explícita do mal.**

O locutor coloca em cena esses enunciadores, mas assume o aspecto transposto em E2, pois não havia razão justa para o galo ser devorado. Por outro lado, concorda com a norma em E1, que admite prática explícita do mal ancorada numa razão, mesmo fictícia. Acrescenta-se que o adjetivo *bom*, em *bom pretexto* é um modificador realizante, pois não acrescenta sentido à AI de *pretexto* (**motivo PT neg-justificativa**). Sua função é de aumentar a força argumentativa da expressão. Se um *pretexto* já seria suficiente para o gato devorar o galo, ainda mais o seria caso se tratasse de um *bom pretexto*.

Considerando-se que a prática do mal referida no discurso é atribuída à natureza má, chega-se ao encadeamento representativo da moral como um todo (envolvendo os enunciados 8 e 9), articulando existência de *pretexto* e prática explícita do mal, expresso por **neg-existência de pretexto PT prática explícita do mal**. Dessa maneira, o locutor/fabulista refere-se às pessoas que, semelhantemente ao gato, não desistem de seus maus intentos mesmo sob fortes evidências contrárias, deixando-se conduzir predominantemente pela vontade. A fábula seguinte vai mostrar uma situação semelhante, embora protagonizada por animais diferentes.

O lobo e o cordeiro – Esopo

Um lobo vira um cordeiro bebendo na margem de um rio, e quis usar de um pretexto para devorá-lo. Para tanto, colocou-se a montante do lugar, e começou a acusá-lo de sujar a água, impedindo-o assim de beber. O cordeiro respondeu que só bebia com as pontas dos beiços e, estando a jusante, seria impossível sujar a água que vinha de cima. O lobo, ao perceber que aquele pretexto tinha falhado, disse então: “Mas, no ano passado, tu insultaste meu pai”. E o cordeiro replicou que na época nem sequer havia nascido. E o lobo lhe disse: “Talvez não te faltem argumentos de defesa, mas nem por isso deixarei de comer-te”.

Moral: A fábula mostra que, ante a decisão dos que são maus, nem uma justa defesa tem força.

Enunciado 1: Um lobo vira um cordeiro bebendo na margem de um rio, e quis usar de um pretexto para devorá-lo.

O encadeamento que representa esse enunciado é idêntico àquele do enunciado 1 da fábula *O gato e o galo*. Observa-se que as estruturas são as mesmas: um caçador (o lobo ou o gato) vê sua vítima (o cordeiro ou o galo) e pretende devorá-la sob algum pretexto. O lobo instaura uma norma – a de que deve haver uma razão, ainda que falsa, para matar o outro animal. A palavra *pretexto*, como em *O gato e o galo*, já indica o mau comportamento do lobo, classificando-o como transgressor (a explicação da AI de *pretexto* é a mesma para ambas as fábulas, portanto não será repetida). Logo, a esse enunciado pode ser atribuído o encadeamento **encontrar pretexto DC devorar a presa**.

Enunciado 2: Para tanto, colocou-se a montante do lugar, e começou a acusá-lo de sujar a água, impedindo-o assim de beber.

O lobo, numa primeira abordagem de acusação, diz estar impedido de beber a água do rio porque o cordeiro a teria sujado. O sentido de *impedimento* usado pelo lobo pode ser traduzido pela AI **cordeiro bebe a água do rio DC água fica suja**. O pretexto para matar o cordeiro pode ser apresentado por **impedimento do lobo de beber a água do rio DC pretexto do lobo para devorar a presa**, assumido pelo lobo. Na continuação, o cordeiro vai defender-se.

Enunciado 3: O cordeiro respondeu que só bebia com as pontas dos beiços e, estando a jusante, seria impossível sujar a água que vinha de cima.

O cordeiro usa duas argumentações para contrapor-se ao lobo. A primeira é que bebia *com as pontas dos beiços*, resultando no encadeamento **beber com as pontas dos beiços DC neg-sujar a água do rio**. A segunda argumentação decorre da impossibilidade de o cordeiro sujar a água do lobo devido às posições em que se encontravam: pela descrição da cena, o rio corria do lobo para o cordeiro. Esse sentido pode ser apresentado por **estar a jusante DC neg-sujar a água do rio**. Dessa maneira, o cordeiro nega o pretexto do lobo. O sentido produzido pelo cordeiro, e que representa a AI do enunciado, vem do bloco semântico realizado por **neg-impedimento do lobo de beber a água do rio DC neg-pretexto do lobo para devorar a presa**. Nota-se que o cordeiro afirma o aspecto recíproco ao encadeamento defendido pelo lobo, ambos pertencentes ao bloco *devorar a presa por estar impedido de beber a água do rio*.

Enunciado 4: O lobo, ao perceber que aquele pretexto tinha falhado, disse então: “Mas, no ano passado, tu insultaste meu pai”.

O articulador *então* está ligando o fracasso do pretexto do lobo devido à contra-argumentação do cordeiro (enunciado 3) e um novo motivo para matar a vítima.

Nesse enunciado o lobo admite a argumentação do cordeiro, mas acusa-o novamente. O lobo utiliza-se do *mas* para inverter a orientação argumentativa do enunciado 3, que apontava para a libertação da presa. Nesse momento, o lobo passa a afirmar o bloco semântico realizado por **insulto a familiar do lobo DC pretexto do lobo para devorar a presa** (AI do enunciado), que será contestado pelo cordeiro.

Enunciado 5: E o cordeiro replicou que na época nem sequer havia nascido.

O *e*, nesse contexto, cumpre a função de um *mas* ao inverter novamente a orientação argumentativa anterior: a do lobo. O cordeiro afirma o sentido resultante de **não ser nascido DC impossibilidade de proferir insultos**, que vai orientar para o bloco advindo de **neg-insulto a familiar do lobo DC neg-pretexto do lobo para devorar a presa** (AI do enunciado). Mais uma vez o cordeiro assume o encadeamento recíproco àquele afirmado pelo lobo, ambos pertencentes ao bloco semântico que articula *insulto a familiar do lobo e pretexto do lobo para devorar a presa*.

Enunciado 6: E o lobo lhe disse: “Talvez não te faltem argumentos de defesa, (...)”.

O lobo reconhece a vitória do cordeiro ao produzir o enunciado 6. A conclusão aponta para o sentido resultante de **suficientes argumentos de defesa DC neg-pretexto do lobo para devorar a presa**. Porém, a presença de *talvez* indica possibilidade ou dúvida da conclusão. De modo semelhante à fábula anteriormente analisada (também no enunciado 6) o locutor/lobo concorda com um ponto de vista de um enunciador (**suficientes argumentos de defesa DC neg-pretexto do lobo para devorar a presa**) assimilado à vítima, nesse caso, ao cordeiro. Contudo, é após o *mas* do enunciado seguinte que o lobo vai expressar a sua argumentação.

Enunciado 7: “(...) mas nem por isso deixarei de comer-te”.

Conforme já se sabe, o *mas* articulador é um inversor da orientação argumentativa. No enunciado 6, tinha-se **suficientes argumentos de defesa DC neg-pretexto do lobo para devorar a presa**, ao qual o lobo vai se opor. Após o articulador, vê-se que o lobo passa a afirmar **suficientes argumentos de defesa PT pretexto do lobo para devorar a presa**, ou seja, afirma o aspecto converso daquele resultante do enunciado 6. Assim, o lobo desconsidera a argumentação do cordeiro para manter a intenção de devorá-lo.

Enunciado 8 (moral): A fábula mostra que, ante a decisão dos que são maus, nem uma justa defesa tem força.

O enunciado 8 é a lição de moral extraída da narrativa. O locutor aborda dois fatores: *a decisão dos que são maus* e *a força* (ou fraqueza) *de uma defesa justa*. *A decisão dos que são maus* é uma referência direta ao comportamento do lobo, pois tinha decidido devorar o cordeiro antes mesmo de buscar algum pretexto. Mesmo sem alcançar êxito por meio de suas argumentações, o lobo mantém a intenção inicial, fazendo-a prevalecer apesar das contestações. *A defesa justa* refere-se às argumentações do cordeiro que objetivavam negar as acusações do lobo. Ao fazê-lo, o cordeiro evidenciava a falsidade de cada argumentação do lobo. No entanto, essa estratégia só atrasou o final já delineado pela *decisão dos que são maus*. O lobo desconsidera o valor das contestações e mantém o seu propósito de devorar a vítima.

O encadeamento representativo desse enunciado decorre da polifonia ali presente. Tomando-se como bloco semântico o sentido proveniente da interdependência entre defesa justa e sua força diante dos que são maus, apresentam-se os enunciadores:

E1: defesa justa DC força diante dos maus;

E2: defesa justa PT neg-força diante dos maus.

O locutor concorda com E1 ao admitir que uma justa defesa sobreponha-se a uma decisão equivocada. Nota-se que o locutor se refere à decisão dos que são maus, inacessíveis a qualquer argumentação que os conteste. Por outro lado, o locutor assimila-se a E2, a transgressão da norma. A defesa, mesmo embasada em argumentações válidas, é absolutamente dispensada diante da vontade inflexível dos vilões. Logo, o encadeamento que representa o enunciado 8 é **defesa justa PT neg-força diante dos maus**.

A lição pretendida pelo locutor/fabulista é um alerta sobre aqueles que têm uma índole má: de nada adiantará contestá-los se já tiverem a vontade direcionada.

3.2.2 A cigarra e a formiga e *Emília, Emília, Emília*

A cigarra e a formiga – La Fontaine

Tendo a cigarra em cantigas

Folgado todo o verão,

Achou-se em penúria extrema

Na tormentosa estação.

Não lhe restando migalha

Que trincasse, a tagarela

Foi valer-se da formiga,

Que morava perto dela.

Rogou-lhe que lhe emprestasse,

Pois tinha riqueza e brio,

Algum grão com que manter-se

Té voltar o aceso estio.

A formiga nunca empresta,

Nunca dá, por isso junta.

“No verão em que lidavas?”

À pedinte ela pergunta.

Responde a outra: “Eu cantava

Noite e dia, a toda a hora.

— Oh! Bravo! — torna a formiga —

Cantavas? Pois dança agora!”

Seguem as análises dos enunciados.

Enunciado 1: Tendo a cigarra em cantigas / Folgado todo o verão, / Achou-se em penúria extrema / Na tormentosa estação.

O enunciado 1 trata de uma cigarra que tinha passado o verão cantando, sem trabalhar. O GS é dado por *Tendo a cigarra em cantigas / Folgado todo o verão*. Conseqüentemente, o GV é representado pelos dois versos restantes: *Achou-se em penúria extrema / Na tormentosa estação*. A identificação do GS se faz importante porque ele colabora para a construção do sentido do enunciado, pois o fato de a cigarra não ter se precavido ao longo do verão não pode deixar de ser considerado. Conseqüentemente, a AI do enunciado 1 será composta por elementos dos dois grupos sintáticos, caracterizando uma predicação conectiva. Como se sabe, essa AI deve ser expressa por meio de um encadeamento que traduza o sentido do enunciado. Para tanto, propõe-se que o enunciado 1 tenha como AI o encadeamento: **neg-trabalhar DC passar necessidades**. Ambos os segmentos articulados por um DC asseguram o sentido do bloco *passar necessidades por não ter trabalhado*.

Enunciado 2: Não lhe restando migalha / Que trincasse, a tagarela / Foi valer-se da formiga, / Que morava perto dela.

Novamente o GS é composto pelos dois primeiros versos, seguidos do GV, os dois últimos. Aqui, a cigarra é referida como *tagarela*, cujo sentido vem de o inseto ter cantado todo o verão. Esse sentido pode ser mostrado pela AI de “cigarra tagarela”: **cantar todo o verão DC divertir-se**. Do GS depreende-se que a cigarra passava fome (*Não lhe restando migalha / Que trincasse*) e do GV que ela procurou auxílio (*Foi valer-se da formiga, / Que morava perto dela*), o que resulta na AI do enunciado 2: **passar fome DC procurar auxílio**.

Enunciado 3: Rogou-lhe que lhe emprestasse, / Pois tinha riqueza e brio, / Algum grão com que manter-se / Té voltar o aceso estio.

O enunciado 3 é formado apenas pelo GV. O GS (a cigarra tagarela) é recuperável no enunciado anterior. A cigarra pede alimento à formiga, e para isso argumenta no sentido de que a formiga, tendo condições materiais (*riqueza*) e de caráter (*brio*, dignidade), poderia socorrê-la. A argumentação da cigarra pode ser descrita como: **ter condições materiais abundantes e dignidade DC socorrer os necessitados**.

Enunciado 4: A formiga nunca empresta, / Nunca dá, por isso junta.

O enunciado 4 difere dos anteriores no que se refere à sua delimitação, pois é constituído apenas pelos dois primeiros versos que compõem a quarta estrofe. A explicação vem da própria regra de segmentação do discurso em enunciados, mais precisamente a de independência. Nota-se que os versos 1 e 2 dessa estrofe constroem uma argumentação formalizada por **neg-ser prestativo DC acumula provisões** (a AI do enunciado 4), com a qual os versos seguintes, uma estrutura de discurso relatado em modo direto, não mantêm necessariamente relação de dependência. É o que Ducrot chama de enunciados relativamente autônomos, pois, mesmo pertencendo ao discurso como um todo, cada enunciado tem um sentido relativamente independente. Ao afirmar que a formiga nunca empresta, nunca dá e por isso junta o locutor/fabulista está, de fato, caracterizando a formiga. Nota-se que os verbos *emprestar*, *dar* e *juntar*, apesar de estarem no tempo presente, não indicam algo que ocorre no momento da enunciação. É um presente atemporal que evidencia o modo de ser da formiga.

Enunciado 5: “No verão em que lidavas?” / À pedinte ela pergunta. / Responde a outra: “Eu cantava / Noite e dia, a toda a hora. / — Oh! Bravo! — torna a formiga — / Cantavas? Pois dança agora!”.

Esse enunciado envolve os dois últimos versos da quarta estrofe e toda a quinta estrofe. Há certa dependência entre os versos, visto constituírem um discurso relatado direto entre os dois insetos. Há comprovação do adiamento feito pelo locutor/fabulista quando ele relatou o comportamento nada prestativo da formiga (no enunciado anterior), ou seja, a cigarra não é auxiliada. Inclusive, nesse momento, a cigarra é tratada por *pedinte*. Esse sentido pode ser mostrado pela AI de “cigarra pedinte”: **passar necessidades DC procurar ajuda**. Nota-se que são duas cigarras com sentidos distintos: de *tagarela* passa a *pedinte*. A recomendação *Cantavas? Pois dança agora!* explicita o modo como a formiga argumenta no sentido de que a cigarra deveria acatar as conseqüências dos atos passados em vez de pedir

ajuda. *Dançar* tem o sentido de **cometer atos negativos no passado DC aceitar as conseqüências**. *Cantar*, nessa fábula, contém uma negatividade que vem da oposição a *trabalhar*. De ambos tiram-se conclusões opostas, como se pode ver nos encadeamentos **trabalhar DC ter o que comer e cantar DC neg-ter o que comer**. A perspectiva defendida pela formiga nada mais é do que a valorização do trabalho como meio de subsistência, traduzida pelo encadeamento **trabalhar DC ter condições para manter-se**.

Essa fábula não tem moral explícita. No entanto, ela é apreendida ao final do discurso por meio da confrontação entre as atitudes dos insetos. Enquanto a cigarra passara o verão sem trabalhar, resumindo-se a cantar todo o dia, a formiga acumulava provisões para o inverno. Pelas conseqüências desses atos – passar necessidades e ter como sustentar-se em tempos difíceis, respectivamente – o locutor/fabulista sustenta que o cantar, numa alusão ao ócio, é negativo, ao passo que o trabalhar é positivo. O sentido de cada ação, aqui, é dado pelas conseqüências delas advindas, e não por si só. Conseqüentemente, a moral da fábula poderia ser indicada tanto por **trabalhar DC ter condições para manter-se**, caso se priorize a formiga, como pelo aspecto recíproco **neg-trabalhar DC neg-ter condições para manter-se**, focalizado na cigarra, ambos encadeamentos pertencentes ao bloco *é o trabalho que dá condições de se sustentar*. Porém, como a fábula está centralizada no sofrimento da cigarra, é o aspecto a ela atribuído que resume a moral, isto é, **neg-trabalhar DC neg-ter condições para manter-se**. Esse encadeamento, inclusive, é o que representa a AI do enunciado. É como se o fabulista alertasse as pessoas para o mal que espera aqueles que não são previdentes.

Na fábula seguinte, também há uma formiga e uma cigarra. Os insetos passam por uma situação semelhante ao acontecido acima, mas com uma diferença fundamental.

Emília, Emília, Emília – L.F. Verissimo³

(...)

*Tendo a formiga antiga
trabalhado todo o verão,
achou-se em penúria extrema
na tormentosa estação.*

³ A fábula escrita por Verissimo é um trecho da crônica que leva esse título. A versão integral de *Emília, Emília, Emília* está no anexo D deste trabalho.

*Não lhe restando migalha
 que trincasse, poverella,
 foi valer-se da cigarra
 que morava perto dela.
 Rogou-lhe que lhe emprestasse,
 pois tinha riqueza e brio,
 algum grão com que manter-se
 té voltar a aceso estio.
 “Amiga (diz a formiga),
 prometo, a fé d’animal,
 pagar-vos antes de agosto
 os juros e o principal.”
 A cigarra nunca empresta,
 nunca dá, por isto ajunta...
 “No verão em que lidavas?”,
 à pedinte ela pergunta.
 Responde a outra: “Eu trabalhava
 noite e dia, a toda hora”.
 “Oh! Bravo! (torna a cigarra)
 “trabalhavas em vez de aplicar
 no mercado de capitais
 e na especulação
 financeira? Pois dança agora!”*

Seguem as análises dos enunciados.

Enunciado 1: Tendo a formiga antiga / trabalhado todo o verão, / achou-se em penúria extrema / na tormentosa estação.

A análise do enunciado 1 é aproximada à correspondente na fábula *A cigarra e a formiga*, porém com algumas alterações. As definições dos grupos sintáticos se mantêm, com os dois primeiros versos da estrofe constituindo o GS (Tendo a formiga antiga / trabalhado todo o verão) e os dois finais formando o GV (achou-se em penúria extrema / na tormentosa estação). A formiga também tem qualidades que irão contribuir para o sentido do enunciado, no caso, ser *antiga* e *trabalhadeira*. Logo, a AI do enunciado terá elementos do GS e do GV, caracterizando uma predicação conectiva. A dificuldade está em se especificar, nesse

momento, que sentido tem aqui a palavra *antiga*. Mais adiante, ao serem comparadas as duas fábulas, será apresentada uma hipótese para *formiga antiga* que decorre justamente de a fábula de Verissimo ser uma reescritura de *A cigarra e a formiga*. Por agora, a AI do enunciado vai expressar o bloco resultante da interdependência entre *trabalhar* e *passar necessidades*. Outra dificuldade é definir o conector para a AI do enunciado: DC ou PT? Como não há elemento algum no enunciado que indique uma transgressão (algo como *embora tendo trabalhado* ou *mesmo tendo trabalhado*), o aspecto será normativo. Portanto, a AI será representada por **trabalhar DC passar necessidades**. Salienta-se que os aspectos normativo e transgressivo são internos ao discurso, isto é, são regras discursivas, e não sociais. A ressalva se faz importante porque causa estranhamento alguém passar necessidades por ter trabalhado, pois a norma social parece assumir o contrário, assim como na fábula *A cigarra e a formiga*, em que o trabalho era garantia do sustento. O assunto será ampliado mais adiante.

Enunciado 2: Não lhe restando migalha / que trincasse, poverella, / foi valer-se da cigarra / que morava perto dela.

O GS é composto pelos dois primeiros versos, *Não lhe restando migalha / que trincasse, poverella*, que constroem o sentido da formiga. É uma formiga faminta, digna de ser chamada de *pobrezinha* (*poverella*, em italiano, termo provavelmente usado aqui também para manter a rima com *tagarela*, em *A cigarra e a formiga*). Os dois últimos versos, *foi valer-se da cigarra / que morava perto dela*, formam o GV. A AI do enunciado é a que resulta do bloco *buscar ajuda por ter necessidades*, expressado por **passar fome DC procurar auxílio**. Nota-se a inversão dos papéis das personagens: nessa fábula, é a formiga que vai buscar auxílio, mas pelo mesmo motivo da cigarra em *La Fontaine*. A cigarra de *La Fontaine* tinha fome por não ter trabalhado no verão, ao passo que a formiga de Verissimo passava necessidades justamente por ter trabalhado. A distinção é visualizada em:

Cigarra (*La Fontaine*): **neg-trabalhar DC passar necessidades**

Formiga (Verissimo): **trabalhar DC passar necessidades**

Já é possível notar que as fábulas em estudo argumentam sob blocos semânticos opostos. Essa descoberta será importante para a comparação entre os discursos.

Enunciado 3: Rogou-lhe que lhe emprestasse, / pois tinha riqueza e brio, / algum grão com que manter-se / té voltar a aceso estio. / “Amiga (diz a formiga), / prometo, a fé d’animal, / pagar-vos antes de agosto / os juros e o principal.”

O enunciado 3 é praticamente idêntico ao seu correspondente na versão de La Fontaine, com exceção da fala da formiga relatada em modo direto, inexistente na tradução de *A cigarra e a formiga* aqui apresentada. Por isso, será repetida para o enunciado a AI **ter condições materiais abundantes e dignidade DC socorrer os necessitados**. A alteração fica por conta das personagens, pois no discurso de Verissimo é a cigarra que tem *riqueza e brio*. O discurso direto funciona como a explicitação do pedido da formiga, por isso não constitui um enunciado independente. Por meio dessa fala, a formiga se compromete a pagar a futura dívida.

Enunciado 4: A cigarra nunca empresta, / nunca dá, por isto ajunta...

O paralelismo entre os enunciados das fábulas em análise permanece. A diferença reside unicamente na apresentação da cigarra como o inseto que acumula provimentos, não mais a formiga. Contudo, a representação do sentido do enunciado se mantém e é dado por **neg-ser prestativo DC acumula provisões**. O fato de os enunciados *A formiga nunca empresta, / Nunca dá, por isso junta* (de *A cigarra e a formiga*) e *A cigarra nunca empresta, / nunca dá, por isto ajunta...* (em *Emília...*) poderem ser resumidos pela mesma AI não significa que ambos têm o mesmo sentido. Apesar de expressarem o mesmo aspecto, um e outro vão evocar encadeamentos distintos. Para *A cigarra e a formiga*, os encadeamentos provenientes de **neg-ser prestativo DC acumula provisões** serão aqueles em que a formiga é rica (como em: *A formiga não é prestativa, portanto acumula riquezas* ou *Se a formiga não empresta nem faz doações, então ela guarda riquezas para si mesma*). Por outro lado, na fábula em *Emília...* os encadeamentos serão aqueles em que figuram a cigarra (como em: *A cigarra não é prestativa, portanto acumula riquezas* ou *Se a cigarra não empresta nem faz doações, então ela guarda riquezas para si mesma*).

Enunciado 5: “No verão em que lidavas?”, / à pedinte ela pergunta. / Responde a outra: “Eu trabalhava / noite e dia, a toda hora”. / “Oh! Bravo! (torna a cigarra) / “trabalhavas em vez de aplicar / no mercado de capitais / e na especulação / financeira? Pois dança agora!”

Embora esse enunciado se aproxime formalmente do seu correlato em *A cigarra e a formiga*, o sentido é outro. A resposta da formiga, *eu trabalhava*, vinculada ao seu estado de

pedinte, reforça o sentido da norma expressa no primeiro enunciado, que era **trabalhar DC passar necessidades**. A cigarra aponta o equívoco da formiga por meio da argumentação **fazer aplicações financeiras DC neg-passar necessidades**. Como o foco do discurso é a situação da formiga, a AI do enunciado é o aspecto a ela atribuído, ou seja, **trabalhar DC neg-ter condições para manter-se**. A recomendação *Pois dança agora* mantém o sentido da mesma expressão na fábula anterior, que é **cometer atos negativos no passado DC aceitar as conseqüências**. A divergência está na identificação do ato negativo: nesse caso, refere-se a trabalhar.

A fábula escrita por Verissimo também não apresenta a moral explicitamente. No entanto, pode ser depreendida do último enunciado, em que a formiga sofre as conseqüências de ter-se dedicado ao trabalho em vez de ter investido na especulação financeira, e que pode ser expressa por **trabalhar DC neg-ter condições para manter-se**. Fica claro que, se tivesse trocado o trabalho pela especulação financeira, estaria em boas condições, tal como a cigarra. É importante salientar novamente o caráter discursivo da norma, isto é, uma norma construída lingüisticamente dentro do discurso. A partir desse aspecto, o locutor/fabulista desvaloriza o trabalho em decorrência das vantagens das aplicações financeiras.

3.3 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O que chama a atenção nas fábulas *O gato e o galo* e *O lobo e o cordeiro* é a simetria entre ambas no que concerne às atitudes dos caçadores (o gato e o lobo) e às atitudes das presas (o galo e o cordeiro). Nota-se como os discursos estão estruturados:

- (i) Há uma intenção do caçador de devorar a vítima sob um pretexto, o qual não vai se mostrar relevante no final;
- (ii) O caçador lança um pretexto;
- (iii) A vítima rebate o caçador, evidenciando o equívoco da acusação;
- (iv) O caçador reconhece que a acusação inicial foi inválida e faz outra;
- (v) Novamente, a vítima contra-argumenta;
- (vi) O caçador reconhece explicitamente a validade das argumentações da presa, mas decide devorá-la mesmo assim.

Além de ambas as fábulas conterem a estrutura acima, apresentam basicamente a mesma moral. Os encadeamentos **neg-existência de pretexto PT prática explícita do mal** (de *O gato e o galo*) e **defesa justa PT neg-força diante dos maus** (de *O lobo e o cordeiro*) revelam blocos semânticos que articulam a atitude dos mais fortes preponderando sobre a atitude dos mais fracos. A partir dessas aproximações, vem a seguinte pergunta: as duas fábulas analisadas têm, então, o mesmo sentido? A resposta é que ambos os discursos, apesar das equiparações, apresentam diferenças quanto aos modos de argumentar. Essas maneiras de argumentar significam, de fato, assumir pontos de vista diferentes. Portanto, não são discursos idênticos como aparentemente se mostram. Os locutores de *O gato e o galo* e de *O lobo e o cordeiro* evidenciam meios distintos de argumentar, e é isso que se vai demonstrar.

Em *O gato e o galo*, as contestações são feitas por meio de encadeamentos conversos aos das acusações, ou seja, mantêm o primeiro segmento, negam o segundo e invertem o conector. Por exemplo, citam-se os encadeamentos argumentativos provenientes dos enunciados do gato e do galo representativos dos blocos semânticos BS1 e BS2:

BS1 (gato): **cantos do galo à noite DC aborrecimento dos homens**

(galo): **cantos do galo à noite PT neg-aborrecimento dos homens**

BS2 (gato): **acasalamentos consangüíneos DC ultraje à natureza**

(galo): **acasalamentos consangüíneos PT neg-ultraje à natureza**

Reitera-se que o bloco semântico representado pelos encadeamentos é o mesmo, embora realizados sob aspectos distintos (normativos e transgressivos). Em BS1, o sentido vem da interdependência entre cantos à noite e aborrecimento dos homens, como “cantos que causam aborrecimento”; em BS2, o sentido decorre da articulação entre acasalamentos consangüíneos e ultraje à natureza, como “ultraje à natureza devido a acasalamentos consangüíneos”.

Percebe-se, então, que o galo, ao negar o segundo segmento, busca justificativas às acusações do gato. A ave, após a contestação, passa a defender um novo bloco. Exemplificando, ao concordar com o gato sobre as cantorias à noite, mas que eram tidas por ela como positivas por serem úteis aos homens, a ave dá um novo sentido a *cantorias*. Esse novo bloco tem outra norma, representada por **cantos do galo à noite DC benefício dos homens**. Assim, *cantorias* não tem o mesmo sentido para o gato e para o galo.

Para defender-se da segunda acusação, o galo utiliza a mesma estratégia: transgredir a norma do gato para introduzir um novo bloco, residindo aí as suas justificativas.

Por outro lado, em *O lobo e o cordeiro*, as defesas são feitas por meio de encadeamentos recíprocos, isto é, são negados ambos os segmentos e o conector é mantido. Retomando os blocos semânticos dessa fábula, têm-se:

BS1 (lobo): **impedimento do lobo de beber a água do rio DC pretexto do lobo para devorar a vítima**

(cordeiro): **neg-impedimento do lobo de beber a água do rio DC neg-pretexto do lobo para devorar a vítima**

BS2 (lobo): **insulto a familiar do lobo DC pretexto do lobo para devorar a vítima**

(cordeiro): **neg-insulto a familiar do lobo DC neg-pretexto do lobo para devorar a vítima**

Nota-se que o cordeiro e o galo contra-argumentam de modos diferentes. O cordeiro não vai trazer um novo sentido a uma expressão, ou seja, não há introdução de novo bloco semântico. Apóia-se em outras argumentações que dão suporte à sua defesa. Por exemplo, ao afirmar que bebia a água do rio *com as pontas dos beiços* e que estava abaixo do lobo quanto à correnteza, o cordeiro contesta a declaração de que sujava a água, impedindo do lobo de bebê-la. Da mesma forma, não ter nascido no ano anterior desautoriza a acusação de ele ter proferido insultos ao pai do lobo naquele período. Portanto, o cordeiro traz justificativas argumentativamente sustentadas para negar completamente as argumentações do agressor.

De posse do que foi tratado até aqui, conclui-se que as fábulas analisadas são discursos distintos, cada um apresentando uma forma de argumentar. Em *O gato e o galo* são usados encadeamentos conversos de um mesmo bloco semântico para ser proposto um novo sentido a dada expressão; já em *O lobo e o cordeiro* são apresentadas novas argumentações que justificam a defesa por meio de encadeamentos recíprocos aos da acusação. O leitor, por meio da aplicação da TBS, percebe o modo como os discursos foram construídos argumentativamente, e, dessa maneira, resgata o sentido a partir do próprio discurso (lembra-se que o leitor, tal como proposto neste trabalho, tem um olhar teórico fundamentado pela TBS).

Porém, fica uma questão para a qual não se tem uma resposta definida: o que significa contra-argumentar por meio de encadeamentos conversos e por meio de encadeamentos recíprocos? Pela descrição das fábulas, chegou-se à conclusão de que a

contra-argumentação por encadeamentos conversos permite a inclusão de uma outra norma, ao passo que a contra-argumentação por encadeamentos recíprocos se “encerra” no mesmo bloco. Contudo, essa explicação ainda precisa ser confirmada a partir de futuras investigações.

Tal como *O gato e o galo* e *O lobo e o cordeiro*, a fábula *A cigarra e a formiga* de La Fontaine e a reescrita por Verissimo apresentam estruturas semelhantes. Nas duas últimas encontram-se:

- (i) um inseto X passa necessidades no inverno;
- (ii) X busca ajuda de outro inseto Y;
- (iii) X é inquirido sobre o que fez no verão para se precaver;
- (iv) X é censurado por Y;
- (v) Y nega a ajuda a X.

Porém, há diferenças entre ambas que as tornam discursos argumentativamente opostos, isto é, expressam normas contrárias. Explica-se.

O paralelismo entre a fábula de La Fontaine e a de Verissimo é quebrado pela alternância dos elementos apresentados abaixo:

	A cigarra e a formiga	Emília, Emília, Emília
1.º enunciado	Tendo a <i>cigarra em cantigas</i>	Tendo a <i>formiga antiga</i>
	<i>Folgado</i> todo o verão	<i>trabalhado</i> todo o verão
2.º enunciado	<i>Tagarela</i>	<i>Poverella</i>
	Foi valer-se da <i>formiga</i>	Foi valer-se da <i>cigarra</i>
4.º enunciado	A <i>formiga</i> nunca empresta	A <i>cigarra</i> nunca empresta
5.º enunciado	Eu <i>cantava</i> [cigarra]	Eu <i>trabalhava</i> [formiga]
	<i>Oh! Bravo!</i> [formiga]	<i>Oh! Bravo!</i> [cigarra]
	<i>Cantavas?</i> Pois dança agora!	<i>trabalhavas em vez de aplicar no mercado de capitais e na especulação financeira?</i> Pois dança agora!”

Percebe-se logo a alternância entre as personagens quanto aos seus papéis nas fábulas. Em *A cigarra e a formiga* o discurso é centralizado nas ações da cigarra, pois é ela que sofre as conseqüências de não ter sido precavida no passado. O papel de censor cabe à formiga, a quem a cigarra acorre. A ambos os insetos são atribuídos valores positivo e negativo. Nesse caso, a cigarra tem valor negativo pelos resultados adversos de suas ações passadas, que, por extensão, também ganham certa negatividade (cantar e folgar no verão). Ao contrário, a formiga tem valor positivo pelas suas ações positivas no passado (trabalhar intensamente). Em vista disso, depreende-se a perspectiva do locutor/fabulista quanto ao sentido do discurso, que é o de valorização do trabalho. A norma discursiva é representada tanto pelos aspectos **trabalhar DC ter condições para manter-se** como **neg-trabalhar DC neg-ter condições para manter-se**, aspectos recíprocos do bloco semântico *é o trabalho que dá condições de se sustentar*.

Na fábula contida em *Emília, Emília, Emília* é a formiga que padece pelas ações do passado, enquanto a cigarra vive na abundância. A surpresa está nas próprias características atribuídas aos insetos. A formiga continua trabalhadeira e a cigarra permanece sem trabalhar, porém com uma mudança: a norma discursiva é outra. Isso pode ser visto pelo encadeamento representativo da moral, que é **trabalhar DC neg-ter condições para manter-se**, o oposto de **trabalhar DC ter condições para manter-se**. São duas AEs de *trabalhar* em que os segundos segmentos são contrários. Tem-se, então, a defesa de dois pontos de vista, resultantes de dois blocos semânticos contrários: o primeiro defende que o trabalho não dá condições de manutenção da vida, ao passo que o segundo declara o oposto. Pelo exemplo da formiga, em *Veríssimo*, percebe-se que ela nada conseguiu dedicando-se ao trabalho incansável durante o verão, pois passava fome no inverno. Precisou recorrer à cigarra, que não trabalhou, mas investia no mercado de capitais, e assim garantiu o sustento.

Indubitavelmente, há um tom de crítica político-socioeconômica na fábula de *Emília, Emília, Emília*, que não será considerado neste trabalho (os pontos de vista dos discursos são tomados a partir do que foi efetivamente escrito, ou seja, do lingüístico). A defesa da criticidade presente nesse discurso já colocaria o leitor na posição de locutor, isto é, em uma nova situação enunciativa. Para a TBS, o leitor é interlocutor (ver seção 2.4).

Resta explicar a expressão *formiga antiga*, em *Verissimo*. À primeira vista, parece estar qualificando *formiga* da mesma forma que *em cantigas* qualifica *cigarra*, de La Fontaine, numa tentativa de manter a rima entre *Tendo a cigarra em cantigas* e *Tendo a formiga antiga*. No entanto, após se perceber que os insetos mantêm basicamente suas características em ambas as fábulas (as formigas trabalham e as cigarras não), propõe-se que a

formiga de Verissimo seja uma referência à formiga de La Fontaine, por isso a chama de *antiga*. Ambas apostavam no trabalho como garantia do sustento em tempos difíceis, mas, enquanto anteriormente a norma era **trabalhar DC ter como manter-se**, em tempos mais atuais passou a ser **trabalhar DC neg ter como manter-se**. É consequência das normas distintas que se tiram resultados positivos de *trabalhar* em La Fontaine e negativos em Verissimo. A partir daí, reforça-se a valorização do trabalho inscrita em *A cigarra e a formiga* e a sua desvalorização na fábula presente em *Emília, Emília, Emília*.

A aplicação da TBS nos quatro discursos acima possibilitou o resgate do sentido das fábulas analisadas a partir do próprio discurso. Além disso, serviu de instrumento para a explicação de como esse sentido foi veiculado.

Foi por meio da TBS que se percebeu diferentes modos de argumentação presentes em *O gato e o galo* e em *O lobo e o cordeiro*, cujas narrativas e lições de moral são bastante semelhantes, conforme se mostrou. O galo sempre contra-argumentava por meio de encadeamentos conversos aos assumidos pelo gato, para depois assumir um outro bloco semântico, quer dizer, o encadeamento converso ao do gato era usado para apresentar um novo sentido de uma expressão, decorrente de outro bloco. Na defesa de seus pontos de vista, o galo atribuía sentidos positivos àquelas expressões negativas defendidas pelo gato (para o gato, as cantorias do galo eram negativas porque não deixavam os homens dormir, ao passo que, para o galo, eram positivas porque despertavam os homens para o dia de trabalho. Com isso, o gato e o galo assumem sentidos opostos para a expressão *cantorias*, ou seja, defendem blocos contrários). Já em *O lobo e o cordeiro* o modo de argumentar da presa é outro: dá-se por meio de encadeamentos recíprocos aos assumidos pelo lobo, dentro do mesmo bloco semântico. O cordeiro negava ambos os segmentos da argumentação do lobo, deixando o vilão sem alternativas para o revide (o lobo acusou o cordeiro de ter sujado a água do rio, por isso iria devorá-lo. O cordeiro contra-argumentou que não tinha como ter sujado a água porque o rio corria do lobo para o cordeiro, portanto não havia razão para ser devorado).

Nas fábulas *A cigarra e a formiga* de La Fontaine e de Verissimo a aplicação da TBS auxiliou na construção do sentido dos discursos, principalmente no que eles diferem: o sentido da expressão *trabalho*. Em *A cigarra e a formiga* o meio de se sustentar é o trabalho. A formiga trabalhava sempre e não passava necessidades, enquanto a cigarra cantora, que não trabalhava, passou fome no inverno. O sentido da fábula vem do bloco resultante da articulação entre trabalho e sustento, em que à formiga e à cigarra são atribuídos encadeamentos recíprocos (a formiga trabalhava, portanto se sustentava; a cigarra não trabalhava, portanto não se sustentava). Na fábula de Verissimo a norma é outra: o trabalho

não proporciona o sustento. Esse vem da aplicação no mercado financeiro. A exemplificação dessa norma vem da formiga, que trabalhava e, por isso mesmo, quer dizer, por não ter aplicado seu dinheiro, passou fome. A cigarra, que tinha dinheiro aplicado e não precisava trabalhar, estava tranqüila. Conforme mencionado anteriormente, a norma de a cigarra e a formiga contada por Verissimo pode parecer estranha aos olhos da sociedade. Porém, a defesa do não-trabalho como meio de sustento é uma norma discursiva, é um ponto de vista assumido pela cigarra. Não há relação obrigatória com valores sociais do mundo real.

A construção do sentido do discurso por meio do próprio discurso, isto é, pela argumentação na língua, é a grande contribuição proporcionada pela TBS aos estudos da leitura. O leitor instrumentalizado pela TBS tem condições de depreender o que o discurso diz, ou seja, resgata o sentido a partir do lingüístico. Além disso, a TBS permite que se explique a maneira como o sentido foi construído. A leitura pela TBS, então, restringe os sentidos que podem ser atribuídos a um discurso, pois esses são regidos pela língua.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta dissertação foi conceituar a leitura por meio de um respaldo teórico que considerasse a construção do sentido a partir do discurso. A razão para tal tarefa foi motivada pela constatação de a leitura ser tratada por outros enfoques da lingüística sob olhares externos ao discurso, como faz a AD, a psicolingüística e a pragmática. Para esses campos de estudo, uma parcela do sentido seria explicada por elementos extralingüísticos preexistentes ao discurso. A linguagem, em si, não foi investigada.

A Teoria da Argumentação na Língua, mais precisamente a Teoria dos Blocos Semânticos, opõe-se às perspectivas que vêem o sentido construído fora da linguagem. As pesquisas de Oswald Ducrot e de Marion Carel comprovam que o sentido de uma expressão lingüística é construído pelas relações dessa expressão com outras expressões do discurso, ou seja, o sentido parte do lingüístico. Além disso, os referidos lingüistas afirmam que o sentido é argumentativo, quer dizer, o sentido decorre do ponto de vista do locutor a respeito de algo. O sentido dos enunciados é decorrente da significação das frases, instruções abertas e de caráter abstrato que indicam como o interlocutor deve resgatar o sentido. Esse não vem pronto do sistema lingüístico, visto estar atrelado ao uso da linguagem. Assim, deixa de haver a separação da língua e da fala saussureanas para fins de estudos semânticos da linguagem. O sistema e a sua realização, juntos, constroem o sentido. É devido ao caráter instrucional da frase que uma expressão lingüística pode ter mais de um sentido, mas não qualquer um. Dependendo da relação dessa expressão com outras expressões, ela vai assumir um ou outro sentido no discurso. Assim, ao mesmo tempo que o lingüístico abre possibilidades de atribuição de sentido a uma expressão, restringe outras. Acredita-se que a leitura, ou seja, o resgate do sentido de um discurso, também deve ser restrito pelo lingüístico. Caso contrário, haveria tantas possibilidades de sentido quanto a criatividade do leitor. Por esse motivo a conceituação de leitura nesta dissertação teve a TAL/TBS como embasamento teórico.

Para se chegar à definição de leitura pela concepção acima, procurou-se, então, buscar nos fundamentos da TAL/TBS os conceitos que possibilitariam o trabalho. Feito isso, o conceito de leitura proposto foi aplicado em quatro fábulas, analisadas individualmente e comparadas duas a duas por critério de semelhança entre os discursos.

Em *O galo e o gato* e *O lobo e o cordeiro* a semelhança estava na estrutura discursiva e nas lições de moral, praticamente intercambiáveis entre os discursos. Já um trecho da crônica *Emília, Emília, Emília* era uma reescritura de *A cigarra e a formiga*. O

conceito de leitura aplicado a essas fábulas possibilitou o resgate do sentido por meio das argumentações presentes nos discursos. Constatou-se que os locutores/fabulistas usavam argumentações distintas para defender seus pontos de vista.

Foi somente pela aplicação da TAL/TBS que puderam ser evidenciadas as diferenças argumentativas entre *O galo e o gato* e *O lobo e o cordeiro*. O galo rebatia as argumentações do gato por meio de encadeamentos conversos, e daí assumia outro bloco semântico. É o caso, citando somente um exemplo, de o gato assumir **cantos do galo à noite DC aborrecimento dos homens** e o galo defender **cantos do galo à noite PT neg-aborrecimento dos homens**, passando para o bloco **cantos do galo à noite DC benefício dos homens**, oposto ao assumido pelo gato. A ave dá um novo sentido às suas cantorias, pois passam de negativas (as cantorias não deixam os homens descansar, na perspectiva do gato) para positivas (as cantorias acordam os homens para o dia de trabalho). Essa estratégia argumentativa é repetida ao longo da fábula. Em *O lobo e o cordeiro* a argumentação da vítima se dá de outro modo. O cordeiro contra-argumenta negando por completo a argumentação do lobo por meio de encadeamentos recíprocos. O exemplo é a argumentação do vilão: **impedimento do lobo de beber a água do rio DC pretexto do lobo para devorar a presa**, rebatida pelo cordeiro com **neg-impedimento do lobo de beber a água do rio DC neg-pretexto do lobo para devorar a presa**, pois não havia como o cordeiro ter sujado a água. Nesse caso não há imposição de outro bloco semântico. O cordeiro assume encadeamentos pertencentes ao mesmo bloco do lobo. É um modo de argumentar distinto de *O galo e o gato*, em que houve o assumir de outro bloco.

Como foi mostrado, a fábula em *Emília, Emília, Emília* é uma reescritura de *A cigarra e a formiga*, com a diferença de os locutores/fabulistas assumirem pontos de vista contrários em relação ao valor do trabalho. Na fábula da La Fontaine a cigarra estava na miséria porque não tinha trabalhado, restando a ela recorrer à formiga, mais providente. A argumentação que daí decorre é **trabalhar DC ter condições para manter-se**, ou seja, o trabalho tem valor positivo. Por outro lado, na fábula de Verissimo a cigarra aplicava seus recursos no mercado de capitais. Não passava fome. Era a formiga que estava na penúria, justamente por ter trabalhado em vez de ter aplicado na especulação financeira. A argumentação que se apresenta é **trabalhar DC neg-ter condições para manter-se**. Assim, o trabalho passa a ter valor negativo. Constatou-se, então, que as fábulas, apesar de aparentarem semelhanças, diferem quanto aos blocos semânticos de suas argumentações.

Estabeleceram-se as conclusões acima somente porque os discursos foram analisados semanticamente a partir de um olhar específico: o da TBS. A leitura das fábulas

fundamentada dessa maneira permitiu que o sentido fosse explicitado e, mais do que isso, fosse explicado. Conclui-se, então, que a leitura definida pela TBS tem valor por oferecer ao leitor um instrumento de descrição semântica e de explicação do sentido a partir do discurso.

No entanto, admite-se que o trabalho não está encerrado. A ampliação do conceito de leitura aqui proposto deve dar conta de outros gêneros. A restrição a um gênero foi necessária para que se pudesse dar o primeiro passo em direção ao objetivo. Além disso, constata-se a necessidade de os dados serem ampliados para que se descreva e se explique outras formas de argumentação existentes. Deixa-se, assim, uma perspectiva para futuros trabalhos.

REFERÊNCIAS

AMORIN, Luciana Motta. *Predição leitora de vocábulos em associação por contigüidade e conhecimento prévio*. Dissertação (Mestrado). PUCRS, Porto Alegre, 2004.

ANSCOMBRE, Jean-Claude; DUCROT, Oswald. Argumentatividad e informatividad. In: ANSCOMBRE, Jean-Claude; DUCROT, Oswald. *La argumentación en la lengua*. Madrid: Gredos, 1994.

BETTELHEIM, Bruno. *A psicanálise dos contos de fada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CAREL, Marion. Argumentação interna aos enunciados. *Letras de Hoje*, Porto Alegre: EDIPUCRS, vol. 37, nº 3, p.27-43, set. 2002.

_____. Analyse argumentative d'une fable de La Fontaine. *Bulletin Hispanique*. Bordeaux. Tomo 107, n. 1, p. 119-139, jun. 2005.

CAREL, Marion; DUCROT, Oswald. *La Semántica Argumentativa. Una Introducción a la Teoría de los Bloques Semánticos*: Edición literaria a cargo de María Marta Negroni y Alfredo M. Lescano. 1 ed. Buenos Aires: Colihue, 2005.

COELHO, Nelly Novaes. *Panorama histórico da literatura infantil/juvenil*. São Paulo: Ática, 1991.

DUCROT, Oswald. Analyse de textes et linguistique de l'enonciation. In : DUCROT, Oswald. *Les mots du discours*. Paris : Minuit, 1980.

_____. Enunciação. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1984.

_____. *O dizer e o dito*. Campinas, SP: Pontes, 1987.

_____. *Polifonía Y Argumentación. Conferencias del Seminario Teoría de la Argumentación y Análisis del Discurso*. 1 ed. Cali: Universidad del Valle, 1988.

_____. Argumentação e “topoi” argumentativos. In: GUIMARÃES, Eduardo. *História e sentido na linguagem*. Campinas: Pontes, 1989.

_____. Os internalizadores. In: *A teoria da Argumentação na Língua: estudos e aplicações. Letras de Hoje*. Porto Alegre, v.37, n.º 3, p. 7-26, set. 2002.

_____. A pragmática e o estudo semântico da língua. *Letras de Hoje*. Porto Alegre, v.40, n.º 1, p. 9-21, mar. 2005.

DUCROT, Oswald; CAREL, Marion. Description argumentative et description polyphonique: le cas de la négation. In: PERRIN, Laurent. *Recherches Linguistiques*, n. 28 (*Le sens et ses voix*). Metz: Presses Universitaires de Metz, 2006, p. 215-243.

ESOPO. *Fábulas*. São Paulo: Martin Claret, 2004.

GRANTHAM, Marilei. A moral e a ordem do repetível. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (org.). *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999.

JESUALDO. *A literatura infantil*. São Paulo: Cultrix/USP, 1978.

KLEIMAN, Ângela. *Oficina de leitura: teoria e prática*. Campinas, SP: Pontes, Universidade Estadual de Campinas, 1993.

LA FONTAINE, Jean de. *Fábulas de La Fontaine*. Tradução de Milton Amado e Eugênio Amado. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989.

LEFFA, Wilson J. *Aspectos da Leitura*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1996.

LISBOA, Jussara Pedroso. *Conhecimento da superestrutura argumentativa e compreensão leitora de universitários*. . Dissertação (Mestrado). PUCRS, Porto Alegre, 2003.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Discurso e leitura*. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 1988.

PORSCHE, Sandra Cristina. *O grau de correlação entre conhecimento prévio e a compreensão do texto de opinião*. 2004. Dissertação (Mestrado). PUCRS, Porto Alegre, 2004.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Lingüística Geral*. 24 ed. SP: Cultrix, 2000. BALLY, Charles, SECHEHAYE, Albert (Orgs).

SILVEIRA, Jane Rita Caetano da. Leitura: informação e comunicação. *Letras de Hoje*. Porto Alegre, v.40, n.º 1, p. 171-181, mar. 2005.

SPERBER, D.; WILSON, D. *Relevance: communication and cognition*. 2ª ed. Cambridge, Massachusets: Harvard University Press, 1995.

VELOSO, Lisiane Félix. *A leitura e a compreensão de textos pela Pragmática da Relevância*. Dissertação (Mestrado). PUCRS, Porto Alegre, 2003.

VERISSIMO, Luis Fernando. *Emília, Emília, Emília*. Zero Hora, Porto Alegre, 1º. mar. 2005, p.3.

ANEXO A – O gato e o galo⁴

Um gato que tinha apanhado um galo buscava um pretexto para comê-lo. Acusou-o, então, de importunar os homens, pois suas cantorias durante a noite não os deixavam dormir. O galo respondeu que assim fazia para lhes ser útil, porque os acordava para os trabalhos habituais. O gato acusou-o, então, de ultrajar a natureza, acasalando-se com a mãe e as irmãs. O galo respondeu que só fazia isso no interesse dos donos, porque assim elas botavam ovos em quantidade. E o gato disse então: “Ora, talvez tu apresentes muitos e bons argumentos, mas eu não deixarei de comer-te”. E o devorou.

Moral: A fábula mostra que uma natureza má, resolvida a praticar o mal, mesmo que não encontre um bom pretexto, o faz abertamente.

⁴ ESOPPO. *Fábulas*. São Paulo: Martin Claret, 2004, p.22.

ANEXO B – O lobo e o cordeiro⁵

Um lobo vira um cordeiro bebendo na margem de um rio, e quis usar de um pretexto para devorá-lo. Para tanto, colocou-se a montante do lugar, e começou a acusá-lo de sujar a água, impedindo-o assim de beber. O cordeiro respondeu que só bebia com as pontas dos beiços e, estando a jusante, seria impossível sujar a água que vinha de cima. O lobo, ao perceber que aquele pretexto tinha falhado, disse então: “Mas, no ano passado, tu insultaste meu pai”. E o cordeiro replicou que na época nem sequer havia nascido. E o lobo lhe disse: “Talvez não te faltem argumentos de defesa, mas nem por isso deixarei de comer-te”.

Moral: A fábula mostra que, ante a decisão dos que são maus, nem uma justa defesa tem força.

⁵ ESOPHO. *Fábulas*. São Paulo: Martin Claret, 2004, p.116.

ANEXO C – A cigarra e a formiga⁶

Tendo a cigarra em cantigas
Folgado todo o verão,
Achou-se em penúria extrema
Na tormentosa estação.

Não lhe restando migalha
Que trincasse, a tagarela
Foi valer-se da formiga,
Que morava perto dela.

Rogou-lhe que lhe emprestasse,
Pois tinha riqueza e brio,
Algum grão com que manter-se
Té voltar o aceso estio.

A formiga nunca empresta,
Nunca dá, por isso junta.
“No verão em que lidavas?”
À pedinte ela pergunta.

Responde a outra: “Eu cantava
Noite e dia, a toda a hora.
— Oh! Bravo! — torna a formiga —
Cantavas? Pois dança agora!”

⁶ LA FONTAINE, Jean de. Fábulas de La Fontaine. Tradução de Milton Amado e Eugênio Amado. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989, Tomo 1, p.25.

ANEXO D – Emília, Emília, Emília⁷

(Do baú) Alguém se lembra de um grupo chamado Os Três Moraes? Dizem que vem aí um chamado Os Três Imorais. Uma nova versão do conjunto vocal Quatro Ases e um Coringa será adaptado para os tempos atuais e se chamará Quatro Ases e um Quinto na Manga. O Caymmi ainda não autorizou, mas uma versão atualizada da sua música será assim: "O mar de lama, quando quebra na praia..." etc.

Lembra a saudosa maloca? Estava perto de uma escavação do metrô e desabou. A casinha pequeninha onde o nosso amor nasceu, lembra? A que tinha um coqueiro do lado que, coitado já morreu? Descobriram que não foi de saudade, foram agrotóxicos. A casinha também se foi, engolida pela especulação imobiliária. Aquela outra casa, à beira de um regato e de um bosque em flor? Demoliram. O terreno foi ocupado por uma agroempresa multinacional, e tem havido conflitos na região, inclusive com invasões de sem-terra. O barracão de zinco lá no morro virou QG do narcotráfico e foi arrasado numa recente batida policial. Os disparos perfuraram o zinco e salpicaram de balas o chão, atingindo a cabrocha, o lança-granadas e o violão.

Sabe a deusa da minha rua? Descobri que era um travesti. O apito da fábrica de tecidos não fere mais os meus ouvidos porque a fábrica faliu, desempregando muita gente que agora luta na Justiça pelo Fundo de Garantia. Ninguém aprende samba no colégio, nem samba nem mais nada, com a baixa qualidade da educação.

Um bom jantar, à beira-mar, para turista que pode pagar: Copacabana. E à tardinha, o sol poente, tem sempre alguém assaltando a gente. Olha que coisa mais linda, mais cheia de graça, é ela que... Epa, vem na nossa direção, e tem uma arma! Emília, Emília, Emília, eu não posso mais. Enquanto isso, na gafieira segue o samba calmamente mas malandro que é malandro ganha dinheiro com CDB e só dança em boate privê.

E uma edição revisada da *Seleta em Prosa e Verso* trará esta parábola exemplar:

"Tendo a formiga antiga
trabalhado todo o verão,
achou-se em penúria extrema
na tormentosa estação.
Não lhe restando migalha

⁷ VERISSIMO, Luis Fernando. *Emília, Emília, Emília*. Zero Hora, Porto Alegre, 1º. mar. 2005, p.3.

que trincasse, *poverella*,
foi valer-se da cigarra
que morava perto dela.
Rogou-lhe que lhe emprestasse,
pois tinha riqueza e brio,
algum grão com que manter-se
té voltar o aceso estio.
'Amiga (diz a formiga),
prometo, a fé d'animal,
pagar-vos antes de agosto
os juros e o principal.'
A cigarra nunca empresta,
nunca dá, por isto ajunta...
'No verão em que lidavas?',
à pedinte ela pergunta.
Responde a outra: 'Eu trabalhava
noite e dia, a toda hora'.
'Oh! Bravo! (torna a cigarra)
Trabalhavas em vez de aplicar
no mercado de capitais
e na especulação
financeira? Pois dança agora!'"

CURRICULUM VITAE (Plataforma LATTES CNPq)

Cláudio Primo Delanoy

Possui graduação em Letras pela Universidade Federal de Pelotas (2004) e graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Pelotas (1994). Atualmente é mestrando da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Tem experiência na área de Lingüística, com ênfase em Lingüística, atuando principalmente nos seguintes temas: língua portuguesa, semântica argumentativa, leitura, discurso, livro didático, PCN, adjetivação.

(Texto informado pelo autor)
Última atualização em 25/09/2007

Endereço para acessar este CV:
<http://lattes.cnpq.br/0339415537777452>

Dados Pessoais

Nome	Cláudio Primo Delanoy
Nascimento	12/04/1971 - Pelotas/RS - Brasil
Endereço eletrônico	e-mail para contato : cdelanoy@hotmail.com e-mail alternativo : cpdelanoy@yahoo.com.br

Formação Acadêmica/Titulação

2006	Mestrado em Lingüística e Letras. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUC/RS, Porto Alegre, Brasil Bolsista do(a): Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
1989 - 1994	Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal de Pelotas, UFPEL, Pelotas, Brasil
2000 - 2004	Graduação em Letras. Universidade Federal de Pelotas, UFPEL, Pelotas, Brasil

Atuação profissional

1. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUC/RS

**Vínculo
institucional**

2006 - Atual Vínculo: bolsista mestrado , Enquadramento funcional: mestrando,
Regime: Dedicção Exclusiva

Atividades

03/2006 - Atual Pesquisa e Desenvolvimento, Reitoria, Faculdade de Letras- Mestrado
em Lingüística

Linhas de Pesquisa:

Grupo de Estudos sobre a Argumentação no Discurso

2. Universidade Federal de Pelotas – UFPEL

**Vínculo
institucional**

2002 - 2002 Vínculo: ministrante de curso , Enquadramento funcional: ministrante
, Carga horária: 4, Regime: Parcial

2004 - 2006 Vínculo: Professor , Enquadramento funcional: Professor substituto ,
Carga horária: 40, Regime: Integral

Atividades

01/2002 -
04/2002 Extensão Universitária, Reitoria, Faculdade de Letras

Especificação:

Ministrante de curso de extensão Inglês Básico 2

06/2002 -
09/2002 Extensão Universitária, Reitoria, Faculdade de Letras

Especificação:

Ministrante de curso de extensão Inglês Básico 3

07/2002 -
12/2002 Extensão Universitária, Reitoria, Faculdade de Letras

Especificação:

Ministrante de curso de Português Instrumental e Redação Oficial

10/2002 -
03/2003 Extensão Universitária, Reitoria, Faculdade de Letras

Especificação:
Ministrante de curso de extensão Inglês Básico 3

06/2003 -
 08/2003 Extensão Universitária, Reitoria, Faculdade de Letras

Especificação:
Pensando o vestibular: Novas abordagens de textos literários

09/2004 -
 02/2006 Graduação, Letras

Disciplinas Ministradas:
*Estágio de conclusão , Estilística , Fonologia , Lingüística Aplicada
 ao Português II , Lingüística Geral , Morfologia , Sintaxe I*

3. Colégio São José - SJ

Vínculo institucional

2004 - 2005 Vínculo: Professor , Enquadramento funcional: Professor , Carga
 horária: 20, Regime: Parcial

Atividades

04/2004 -
 03/2005 Ensino médio

Especificação:
Redação , Literatura Brasileira , Língua Portuguesa

Linhas de pesquisa

Grupo de Estudos sobre a Argumentação no Discurso

1. Objetivos: Estudar formas de construção do sentido no discurso.
Palavras-chave: Texto, Enunciação, Discurso
Áreas do conhecimento : Lingüística Aplicada
Setores de atividade : Educação

Áreas de atuação

1. Lingüística
2. Língua Portuguesa

Prêmios e Títulos

2004 Menção Honrosa: 1.º lugar no Curso de Letras turma 2003/2,
Universidade Federal de Pelotas

Produção em C, T & A

Produção bibliográfica

Artigos aceitos para publicação

DELANOY, C. P.

As marcas do locutor e o sentido do discurso. Cadernos FAPA. , 2007.

1. *Palavras-chave: Discurso, Enunciação, Semântica Argumentativa*
Áreas do conhecimento : Lingüística Aplicada
Setores de atividade : Educação

DELANOY, C. P.

O papel do leitor pela Teoria da Argumentação na Língua. Letras de Hoje. , 2007.

2. *Palavras-chave: Discurso, Semântica Argumentativa, Leitura*
Áreas do conhecimento : Lingüística Aplicada
Setores de atividade : Educação

Demais produções bibliográficas

DELANOY, C. P.

A narrativa e a moral na fábula: um fenômeno de ilustração, 2007.

(Comunicação, Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: Fábula, Discurso, Semântica Argumentativa

1. *Áreas do conhecimento : Lingüística Aplicada*
Setores de atividade : Educação
Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso; Local: Uniritter; Cidade: Porto Alegre; Evento: VI Seminário Linguagem, Discurso e Ensino; Inst.promotora/financiadora: Uniritter

DELANOY, C. P.

As marcas do locutor e o sentido do discurso, 2007. (Comunicação, Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: Discurso, Enunciação, Semântica Argumentativa

2. *Áreas do conhecimento : Lingüística Aplicada*
Setores de atividade : Educação
Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso; Local: FAPA; Cidade: Porto Alegre; Evento: I SINAL - Seminário Integrado Nacional das Linguagens; Inst.promotora/financiadora: FAPA

DELANOY, C. P., RÖRIG, C.

Abordagens da adjetivação no livro didático, 2006. (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho)

3. *Palavras-chave: adjetivação, livro didático, PCNs*
Áreas do conhecimento : Lingüística Aplicada
Setores de atividade : Educação
Referências adicionais : Brasil/Português; Local: Universidade Católica de Pelotas;

*Cidade: Pelotas; Evento: Círculo de Estudos Lingüísticos do Sul - CELSUL;
Inst.promotora/financiadora: Universidade Católica de Pelotas*

Orientações e Supervisões

Orientações e Supervisões concluídas

(Orientações de teses e dissertações coincidentes com informações na base CAPES, a partir do ano de 1996)

Orientação de outra natureza

Jocélia Batista da Rosa. **Estágio de Conclusão de curso**. 2005. Orientação de outra natureza (Letras) - Universidade Federal de Pelotas

1. *Palavras-chave: estágio em Língua Portuguesa*
Áreas do conhecimento : Língua Portuguesa, Lingüística, Lingüística Aplicada
Setores de atividade : Educação
Referências adicionais : Brasil/Português.

Aline Montiel. **Estágio de conclusão de curso**. 2005. Orientação de outra natureza (Letras) - Universidade Federal de Pelotas

2. *Palavras-chave: estágio em Língua Portuguesa*
Áreas do conhecimento : Língua Portuguesa, Lingüística, Lingüística Aplicada
Setores de atividade : Educação
Referências adicionais : Brasil/Português.

Eventos

Participação em eventos

Apresentação Oral no(a) **VI Seminário linguagem, discurso e ensino**, 2007.

1. (Seminário)
A narrativa e a moral na fábula: um fenômeno de ilustração.

Apresentação Oral no(a) **I Seminário integrado nacional das linguagens**, 2007.

2. (Seminário)
As marcas do locutor e o sentido do discurso.

3. **Aula inaugural FALE/ PUCRS: Perguntas sobre a memória**, 2007. (Outra)
.

Apresentação Oral no(a) **VII CELSUL**, 2006. (Encontro)

4. Abordagens da adjetivação no livro didático.

Curso de Introdução ao Programa Minimalista-PPGL-PUCRS, 2006.

5. (Encontro)
.

6. **O ensino do português: a volta ao básico**, 2006. (Outra)
7. **Português Histórico-PPGL-PUCRS**, 2006. (Encontro)

Totais de produção

Produção bibliográfica	
Artigos aceitos para publicação	2
Apresentações de Trabalhos (Comunicação)	2
Apresentações de Trabalhos (Conferência ou palestra)	1
Orientações	
Orientação concluída (orientação de outra natureza)	2
Eventos	
Participações em eventos (seminário)	2
Participações em eventos (encontro)	3
Participações em eventos (outra)	2